



RELATÓRIO e CONTAS 2018

MUNICÍPIO de VALONGO



VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR!

RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução	3
Mapas	
Análise Patrimonial:	
Estrutura da evolução patrimonial	8
Demonstração de resultados por natureza	9
Acréscimos e diferimentos	10
Rácios de análise financeira	11
Estrutura e execução da Receita:	
Receita cobrada	13
Receitas próprias	14
Receita fiscal	15
Transferências	17
Estrutura e execução da Despesa:	
Quadro demonstrativo das diferentes fases da Despesa	21
Comparação das diversas fases da Despesa	22
Despesas de funcionamento	23
Análise comparativa da despesa de bens e serviços	24
Recursos humanos	25
Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo género	26
Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia	27
Formação	28
Nacionalidade dos trabalhadores no exercício de funções	29
Transferências	30
Encargos da dívida de empréstimos	31
Limite da dívida total	32
Stock da dívida	33
Empréstimos a médio e longo prazos	35
Estrutura e execução de investimento	36
Grandes Opções do Plano	37
Despesa de investimento e fontes de financiamento	38
Relação Receitas e Despesas e suas componentes	39
Análise gráfica da estrutura da execução do orçamento	40
Execução global do Orçamento:	
Taxas de execução e desvios orçamentais	41
Receita prevista/ cobrada	42
Despesa prevista/Compromissos e Pagamentos	43
Eleitos Locais	44
Evolução de rácios	45
Estrutura evolutiva do Orçamento:	
Evolução da Receita	46
Evolução da Receita fiscal	47
Evolução da Despesa	48
Contabilidade de Custos	50

DOCUMENTOS de PRESTAÇÃO de CONTAS

Balanço	53
Demonstração de resultados	56
Anexos às Demonstrações Financeiras:	
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	57
Ativo bruto	58
Amortizações e Provisões	59
Relação de bens abatidos e alienados	60
Mapa das participações financeiras	61
Contas de ordem	63
Demonstração do custo mercadorias vendidas matéria consumidas	64
Demonstração dos resultados financeiros	64
Demonstração dos resultados extraordinários	65
Mapas de execução orçamental:	
Controlo Orçamental da Receita	67
Controlo Orçamental da Despesa	71
Grandes Opções do Plano:	
Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos	75
Execução anual das Atividades Mais Relevantes	82
Contas de ordem	88
Fluxos de caixa	89
Operações de tesouraria	94
Modificações ao Orçamento:	
Receita	96
Despesa/ Segundo natureza económica	97
Despesa/ Segundo natureza orgânica	98
Plano Plurianual de Investimentos	99
Notas sobre processo orçamental e respetiva execução:	
Transferências:	
Despesa	100
Receita	107
Endividamento:	
Empréstimos	108
Outras dívidas a terceiros	110

ANEXOS

Listagem anual das subvenções públicas concedidas pelo Município, no ano 2018	111
Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro	114

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature on the left and several smaller initials and signatures on the right.

A single handwritten signature in blue ink, located below the main group of signatures.

RELATÓRIO de GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução

O Relatório e Contas do Município foi elaborado de acordo com o preceituado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, que aprovou o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando toda a atividade desenvolvida pela Autarquia relativa ao ano 2018 e a sua situação nas vertentes económica, financeira e orçamental, sendo um tradutor real das realizações da Autarquia e das contas municipais.

A fim de dar cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Municipal procede à apresentação do Relatório e Contas, referente ao exercício financeiro de 2018, tendo em vista a sua apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do dispositivo legal supra mencionado, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo da verificação da legalidade por parte dos Órgãos da Tutela.

Em conformidade com o n.º 3 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, os documentos de prestação de contas individuais deverão ser enviados ao Órgão Deliberativo acompanhados da Certificação Legal das Contas e respetivo parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Em cumprimento da alínea ww) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos em apreço, elaborados de acordo com as Resoluções n.ºs 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de julho e n.º 7/2018, publicada em Diário da República de 9 de janeiro de 2019 (2ª série), ambas do Tribunal de Contas (TdC) constituem elementos de remessa eletrónica obrigatória para o TdC, até 30 de abril de 2019, nos termos do Despacho n.º 1/2019, 2ª Secção do TdC e para efeitos da sua fiscalização nos termos do n.º 1 do art.º 50º e do n.º 4 do art.º 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do TdC), na sua atual redação.

Do presente Relatório constam diversos quadros e gráficos, elaborados com base nos mapas da prestação de contas, através dos quais se demonstra o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, destacando-se a informação sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2018, efetuando-se a análise comparativa relativamente à execução dos anos anteriores. Para além da componente da gestão orçamental, este relatório espelha igualmente a gestão dos recursos humanos e a execução das Grandes Opções do Plano onde, de forma detalhada, se evidenciam os projetos e as ações realizadas e as respetivas taxas de execução.

Em consonância com os anos anteriores, a opção foi apresentar um documento com conteúdos claros e estrutura simples, de forma a garantir uma perceção mais concreta e realista da ação da Autarquia ao longo do período em análise, pelos potenciais interessados. Deste modo, a informação prestada no Relatório de Contas é organizada da seguinte forma:

- **Relatório de Gestão:** onde estão incluídos os mapas relativos à análise patrimonial, à estrutura e execução da receita e da despesa, à execução global e à estrutura evolutiva do Orçamento e à contabilidade de custos. O Relatório de Gestão pretende avaliar a situação económica e financeira da Autarquia quanto ao investimento realizado, ao nível de endividamento e financiamento municipal, bem como no que concerne à análise das Demonstrações Financeiras;

- **Documentos de Prestação de Contas:** contém mapas de carácter obrigatório, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Anexos às Demonstrações Financeiras, os Mapas de Execução Orçamental e as Notas

sobre o processo orçamental e respetiva execução. Importa salientar que na elaboração destes documentos foram cumpridos todos os princípios e regras contabilísticos emanados do POCAL, bem como a continuidade das operações, consistência das políticas contabilísticas, especialização dos exercícios, custos históricos, prudência, substância sob a forma e materialidade das operações;

- **Anexos:** inclui a listagem anual das subvenções públicas concedidas pelo Município em 2018, bem como as declarações relativas aos compromissos plurianuais e recebimentos em atraso, existentes à data de 31 de dezembro de 2018, mencionadas no art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 março.

Com base na informação vertida nos mapas que constam do presente documento, apresenta-se uma análise dos dados mais relevantes.

Na estrutura da receita orçamental, a execução desta componente é do valor de 61.775.455,41€ que, face ao orçamento final, representa uma taxa de execução de 90,41% (v. Quadro n.º 44), indicador este que evidencia o empenho constante na convergência entre as previsões do Orçamento e a receita realmente arrecadada.

Atendendo às diversas fases de execução da despesa orçamental, cuja dotação global era de 71.558.337,56€, o valor comprometido foi de 66.171.551,38€, com uma taxa de execução de 92,47%, a faturação total foi de 61.158.651,36€, representando uma taxa de 85,47%, os pagamentos foram de 61.117.982,05€, com taxa de execução de 85,41% (v. Quadro n.º 13), representando todos estes indicadores um bom nível de desempenho orçamental na componente da despesa.

A regra do equilíbrio orçamental prevista no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estipula que o Orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. Refere ainda o n.º 2 do mesmo artigo que a receita corrente cobrada bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos a médio e longo prazo. Na execução orçamental do exercício económico de 2018, esta obrigação legal é integralmente cumprida (v. Quadro n.º 45). O cumprimento desta boa prática orçamental, gerou poupança corrente, sendo possível canalizar uma parte para financiar despesa de investimento (v. Quadro n.º 41).

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), comparando o montante previsto de 16.464.624,00€ com o valor cabimentado de 15.206.763,84€ a execução é de 92,36% (v. Quadro n.º 38). A faturação total do PPI foi de 8.822.529,49€, que representa 53,58%, tendo sido quase integralmente paga (v. Quadro n.º 40).

Em termos de análise anual do PPI, os montantes executados (pagos) evoluíram da forma que se descreve a seguir, representando um acréscimo de 99,76% em 2018, relativamente a 2017:

Anos	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Executado (pago)	1 927 184,85	3 163 499,18	64,15%	2 569 326,45	-18,78%	4 396 738,50	71,12%	8 782 861,99	99,76%

No que respeita à evolução da dívida, no valor total de 27.539.016,32€ (v. Quadro n.º 32), importa destacar a contínua diminuição da dívida transitada, que em 2018 registou um decréscimo de 8.609.171,78€ em relação a 2017, representando uma diminuição de 23,82% em termos de endividamento global.

No ano em apreço, o facto que marcou o decréscimo da dívida de forma inegável foi a celebração do Acordo de Liquidação Antecipada da dívida à EDP Distribuição, assinado em 18 de maio de 2018. Do referido Acordo resultou que da dívida do período que decorre de abril/2018 a 2021, no montante de 2.907.363,90€, foi liquidado o valor de 2.727.363,90€, usufruindo-se assim de um desconto de 180.000,00€ e que do montante da última prestação de 13.700.196,12€, o Município liquidou 60%, ou seja, 8.220.117,67€, obtendo-se assim um perdão de dívida no valor de 5.480.078,45€ (40%). Deste modo, a redução de dívida inerente a esta operação, no valor de 5.660.078,45€, teve um

impacto positivo no Resultado Líquido da Autarquia que se situou, no exercício económico em apreço, em 7.184.736,54€.

Para liquidação da referida dívida, no valor de 10.947.481,57€ e para amortização total do empréstimo do PAEL que, à data de 31/03/2018, era de 10.571.532,53€ procedeu-se à contratação de um novo empréstimo de longo prazo, no montante global de 21.519.014,10€. Daqui resulta que a parte deste novo financiamento destinado à resolução da dívida consolidada à EDP, origina o aumento registado na dívida referente a Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

Contribuiu ainda para a redução da dívida o ajustamento efetuado no Fundo de Apoio Municipal decorrente da alteração do art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, introduzida pelo Orçamento do Estado de 2018, que veio reduzir substancialmente as prestações anuais a realizar pela Autarquia. A dívida do FAM que à data de 31/12/2017 era de 945.734,85€, reduzida do pagamento das prestações do ano e do referido ajustamento, passou a ser de 177.325,50€, no final de 2018.

De realçar que, tal como no ano transato, esta diminuição da dívida permite que o Município de Valongo, não ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma vez que, pelo terceiro ano consecutivo e pela terceira vez em 11 anos, apresenta uma dívida total inferior a 1,5 vezes a média das receitas correntes dos últimos 3 anos.

Pela primeira vez, a dívida total do Município não ultrapassa a média das receitas correntes líquidas dos últimos três anos (v. Quadros n.ºs 29 e 30), pelo que a Autarquia já não se encontra sujeita ao preconizado no art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no que ao alerta precoce dos desvios e adesão facultativa ao saneamento financeiro diz respeito, facto do qual o Executivo Municipal muito se orgulha.

Destaca-se que desde final de 2013, ano em que a dívida total ascendia a 54.052.293,76€, a dívida total teve uma redução de cerca de 26,5 milhões de euros.

Assim, os indicadores relativos ao endividamento total apresentam uma melhoria muito significativa, sendo a margem absoluta de cerca de 18,15M€, com margem utilizável (20%) de 3,63M€.

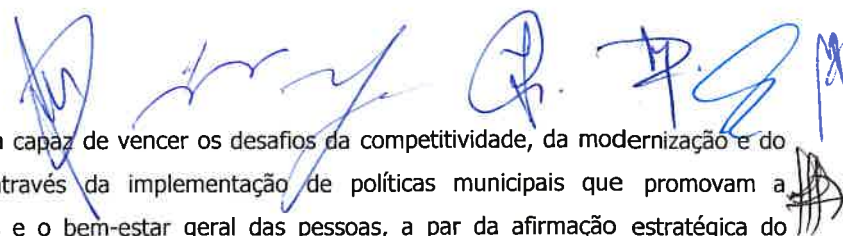
Da observação dos rácios de índole financeira (pág. 11), provenientes da análise patrimonial, constata-se que o rácio de autonomia financeira, que mede o grau de cobertura do ativo líquido através dos fundos próprios, tem vindo a aumentar nos últimos anos, situando-se em 78,07%, facto relevador do elevado grau de independência e estabilidade financeira da Autarquia.

O rácio de liquidez geral, que determina a capacidade de solver os compromissos de curto prazo através de capitais circulantes, de 77,49%, encontra-se influenciado positivamente pelo facto de, em 2018, ter sido iniciada a utilização da aplicação do sistema de gestão de faturação da receita a nível informático, permitindo que pela emissão da fatura se debite a respetiva conta de terceiros, fazendo refletir esse ativo no Balanço.

O Sistema de Contabilidade de custos implementado no Município continua a permitir a disponibilização de informação adicional, relevante à gestão municipal, relativamente ao apuramento dos custos por funções, dos custos de produção e prestação de serviços, dos custos de utilização de equipamentos e infraestruturas de natureza diversa e de utilização coletiva (págs. 50 e 51).

O Relatório e Contas inclui também um mapa com os encargos globais com todos os eleitos locais municipais e uma listagem das subvenções e apoios diretos e indiretos concedidos às diversas instituições, durante o exercício económico de 2018, continuando assim a seguir a política de transparência municipal defendida pelo Executivo.

O documento de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2018 reflete o resultado das orientações gerais do Executivo Municipal, em sede das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, nomeadamente:

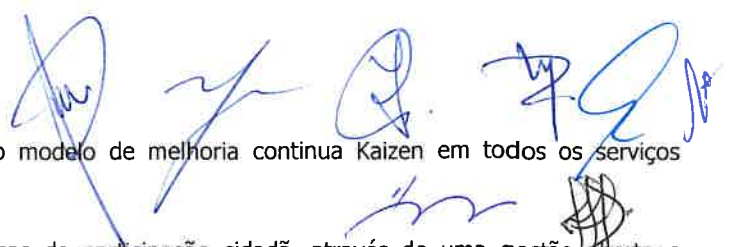
- 
- Fazer de Valongo uma referência capaz de vencer os desafios da competitividade, da modernização e do desenvolvimento sustentável, através da implementação de políticas municipais que promovam a qualidade de vida dos cidadãos e o bem-estar geral das pessoas, a par da afirmação estratégica do território municipal e dos seus valores identitários, destacando-se a abertura da Casa Museu Dias de Oliveira, a requalificação de vias e arruamentos com recursos próprios (foram colocadas mais de 3.000 toneladas de betuminosos em mais de 20 ruas) e a execução dos planos de mobilidade urbana sustentável e de acessibilidade para todos (onde se incluem o rebaixamento de passadeiras nos centros urbanos de Alfena, Ermesinde e Valongo e a empreitada da Via do Peregrino), a substituição das coberturas de fibrocimento nas Escolas Básicas do Lombelho, da Codiceira e de Cabeda (Alfena), do Susão (Valongo), de Balseilhas e da Retorta (Campo);
 - Promoção e consolidação da competitividade do território, enquanto elemento estruturante do desenvolvimento económico, social e ambiental do Concelho, destacando-se a abertura do Espaço Empresa nos Paços do Concelho;
 - Aposta contínua na promoção das marcas que identificam o Concelho como as Serras e o seu vasto património e potencialidades, com a dinamização do Parque das Serras do Porto, o património religioso e mineiro, a ardósia, o brinquedo tradicional, a regueifa e o biscoito, a bugiada e mouriscada e as marcas culturais e desportivas;
 - Maximização dos recursos financeiros provenientes do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, através da realização de investimentos essenciais, tais como a Reabilitação da Habitação Social nos empreendimentos do Barreiro (Alfena) e de Sampaio (Ermesinde), a Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito, a construção da futura sede do Parque das Serras do Porto, a Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária de Ermesinde; a substituição das coberturas e do mobiliário da Escola Secundária de Valongo. Também com recurso a fundos comunitários, começaram a ser desenvolvidos projetos ambiciosos e inovadores com grande impacto social, designadamente «O Meu Bairro não tem Paredes» e o «Mais VAL - Melhores Aprendizagens, Inovação e Sucesso em Valongo»;
 - Continuar uma política de rigor e eficiência na gestão dos recursos públicos, de modo a prosseguir o controlo da despesa pública e a estabilidade das finanças locais, o que permitiu que pela primeira vez, o endividamento municipal fosse inferior à média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos, designadamente com a redução progressiva da dívida municipal, que, desde 2013, já diminuiu 26.513.277,44€, como a seguir se demonstra:

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida total	54.052.293,76€	48.121.668,20€	45.430.673,77€	40.172.129,07€	36.148.188,10€	27.539.016,32€
Redução (base 2013)		10,97%	15,95%	25,68%	33,12%	49,05%

- Por outro lado, continua a ser garantido um prazo médio de pagamentos bastante baixo, cuja evolução é a que se demonstra a seguir, sendo que no final do ano em apreço era de 4 dias:

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PMP	137	21	6	5	3	4

- Melhoria contínua do modelo de governação, prosseguindo a total aproximação ao munícipe iniciada com a abertura da Loja do Cidadão e a criação de uma rede de proximidade com os Espaços de Cidadão nas freguesias de Campo e Sobrado, Alfena e Ermesinde (Travagem), dando continuidade à desmaterialização e modernização dos processos e serviços e ao reforço da transparência e proximidade na relação com os



cidadãos e iniciando a implementação do modelo de melhoria continua Kaizen em todos os serviços municipais;

- Manter a aposta na promoção das práticas de participação cidadã, através de uma gestão aberta e transparente e do desenvolvimento de ações de educação para a cidadania acompanhadas de mecanismos de democracia participativa capazes de envolverem e mobilizarem os cidadãos para o exercício da democracia plena, tais como o Orçamento Participativo Jovem de Valongo, a Semana Europeia de Democracia Local e a Semana da Prestação de Contas;
- Aumento da coesão e inclusão social, pelo reforço da capacidade de resposta social com a manutenção do Fundo de Emergência Social, dinamização e criação de redes locais que contribuem para a sustentabilidade dos agentes intervenientes, como as IPSS, pela dinamização das plataformas solidárias e pela atribuição de apoios diretos e indiretos às instituições. De relevar o reforço do projeto ASA – Acreditamos em Seniores Ativos que conta com mais de 600 inscritos e os programas de ocupação de tempos livres OTL Especial@rte e TOK'á Mexer Valongo, bem como a abertura do primeiro Centro de Cidadania Digital do Concelho de Valongo;
- Continuar a promover políticas de sustentabilidade ambiental, procurando otimizar a gestão e utilização dos recursos de forma criteriosa e responsável com pleno respeito intergeracional e com consciência do impacto no meio, destacando-se aqui a aposta na promoção de práticas sustentáveis como a recolha seletiva porta a porta e a compostagem caseira, com resultados positivos comprovados pelas estatísticas da LIPOR (em 2018 foram recolhidas 6.400 toneladas de resíduos para reciclar) e pela atribuição do Galardão Eco XXI.

Mais do que um simples exercício anual, a Prestação de Contas de 2018 encerra em si um esforço coletivo de gestão municipal, que reflete a aplicação acertada do modelo assumido, alicerçado na ambição de um projeto coerente, construído na base de propostas concretas para cada uma das diferentes áreas da competência municipal. Importa, por isso, fazer uma análise de todos os progressos significativos que se consubstanciaram na gestão integrada dos recursos disponíveis, tendo como base os princípios de serviço público, de equilíbrio económico-financeiro, de eficiência operacional e de responsabilidade social e ambiental.

Com perfeita noção dos desafios colocados diariamente em vertentes como a educação, o desporto, o emprego, a promoção da cidadania e a valorização ambiental e cultural pode-se concluir, tendo em conta a correspondência entre aquilo que foi proposto fazer e o que efetivamente foi concretizado, que o grau de execução dos objetivos foi consideravelmente elevado, sustentando-se numa política de verdade e de compromisso.

Este exercício materializou-se em doze meses de trabalho muito intenso, exigente e profícuo, que se traduziram num ano vivido com total dedicação por parte do Executivo e dos seus colaboradores, fazendo do Município de Valongo uma autarquia de referência no panorama nacional, inclusivamente difundindo e afirmando a marca 'Valongo', reconhecida como símbolo de excelência.

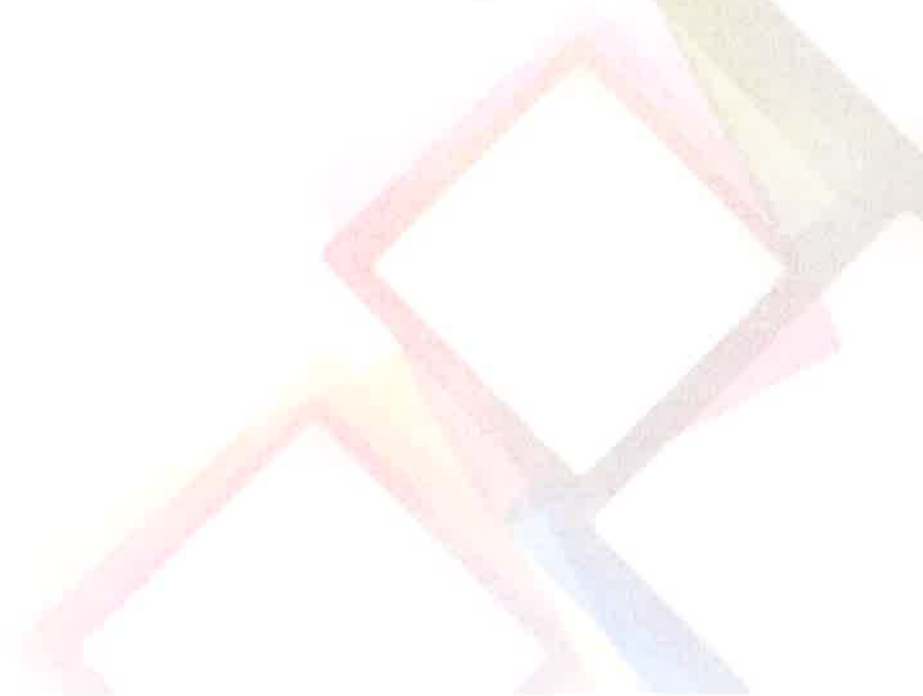
A última palavra é dirigida aos nossos Municípes. Se temos a certeza e convicção do valor que o Concelho hoje possui e do desenvolvimento que sofreu ao longo destes últimos anos em todas as vertentes, também não nos esquecemos que este percurso só foi possível graças ao apoio e confiança depositados no Executivo Municipal pelos habitantes do nosso Município, em Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo.

Valongo, 2 de abril de 2019

José Manuel Ribeiro, Dr.
Presidente da Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

Análise Patrimonial



Estrutura e evolução Patrimonial

O Balanço representa a situação do Património da Autarquia e encontra-se estruturado segundo as massas do Ativo e Passivo, agrupadas por elementos patrimoniais homogêneos:

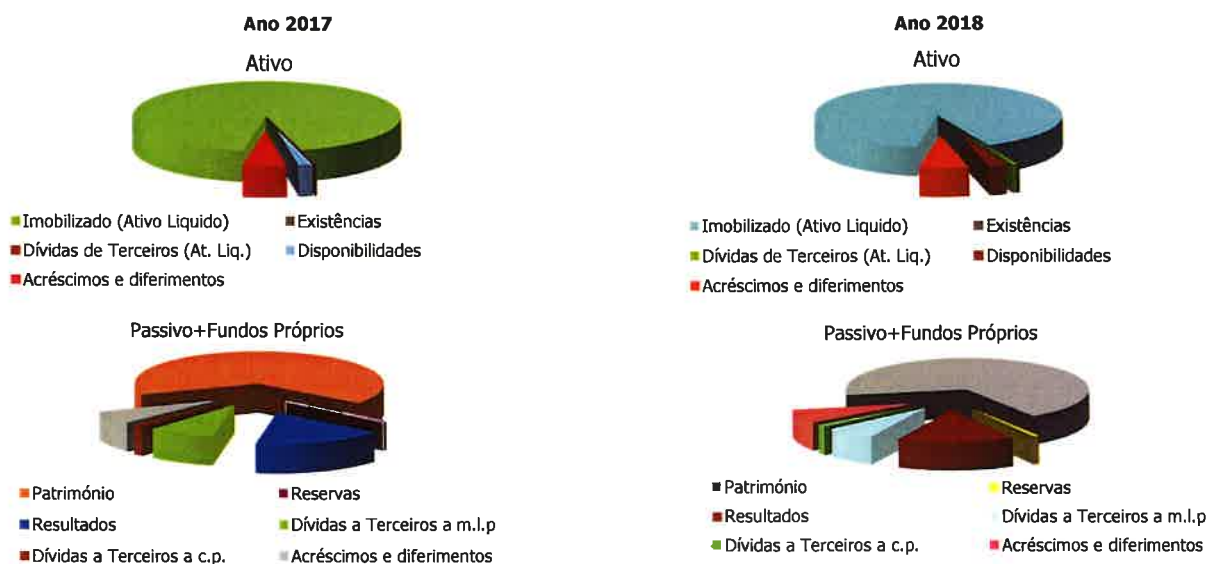
- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis custos diferidos
- O Passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos
- Os Fundos Próprios são a diferença entre o Passivo e o Ativo

A seguir apresenta-se, a estrutura e a evolução patrimonial da Autarquia :

QUADRO Nº 1

Descrição	Ano de 2016		Ano de 2017		Variação		Ano de 2018		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%	Valor	Peso %	Valor	%
Imobilizado (Ativo Líquido)	231.976.807,05	93,37%	225.165.210,33	92,96%	-6.811.596,72	-2,94%	218.945.904,13	90,59%	-6.219.306,20	-2,76%
Existências	260.937,18	0,11%	259.064,94	0,11%	-1.872,24	-0,72%	249.006,24	0,10%	-10.058,70	-3,88%
Dívidas de Terceiros (At. Liq.)	121.424,86	0,05%	98.881,77	0,04%	-22.543,09	-18,57%	1.433.077,17	0,59%	1.334.195,40	1349,28%
Disponibilidades	4.600.559,12	1,85%	4.044.541,34	1,67%	-556.017,78	-12,09%	5.415.206,51	2,24%	1.370.665,17	33,89%
Acréscimos e diferimentos	11.489.567,23	4,62%	12.647.925,76	5,22%	1.158.358,53	10,08%	15.643.513,63	6,47%	2.995.587,87	23,68%
Ativo	248.449.295,44	100%	242.215.624,14	100%	-6.233.671,30	-2,51%	241.686.707,68	100%	-528.916,46	-0,22%
Património	240.014.661,45	131,52%	240.277.921,45	132,61%	263.260,00	0,11%	240.288.759,95	127,35%	10.838,50	0,00%
Reservas	2.494.534,61	1,37%	2.494.534,61	1,38%	0,00	0,00%	2.793.499,13	1,48%	298.964,52	11,98%
Resultados	-60.016.246,73	-32,89%	-61.585.445,20	-33,99%	-1.569.198,47	2,61%	-54.400.708,75	-28,83%	7.184.736,45	-11,67%
Fundos Próprios	182.492.949,33	100%	181.187.010,86	100%	-1.305.938,47	-0,72%	188.681.550,33	100%	7.494.539,47	4,14%
Provisões p/ riscos e encargos	338.363,28	0,51%	287.643,94	0,47%	-50.719,34	-14,99%	563.200,00	1,06%	275.556,06	95,80%
Dívidas a Terceiros a m.l.p	34.960.866,94	53,01%	31.200.738,63	51,12%	-3.760.128,31	-10,76%	23.093.582,77	43,57%	-8.107.155,86	-25,98%
Dívidas a Terceiros a c.p.	5.216.295,33	7,91%	4.952.363,03	8,11%	-263.932,30	-5,06%	4.450.273,79	8,40%	-502.089,24	-10,14%
Acréscimos e diferimentos	25.440.820,56	38,57%	24.587.867,68	40,29%	-852.952,88	-3,35%	24.898.100,79	46,97%	310.233,11	1,26%
Passivo	65.956.346,11	100%	61.028.613,28	100%	-4.927.732,83	-7,47%	53.005.157,35	100%	-8.023.455,93	-13,15%
Passivo+Fundos Próprios	248.449.295,44		242.215.624,14		-6.233.671,30	-2,57%	241.686.707,68		-528.916,46	-0,22%

FIGURA Nº 1



Demonstração de Resultados por Natureza

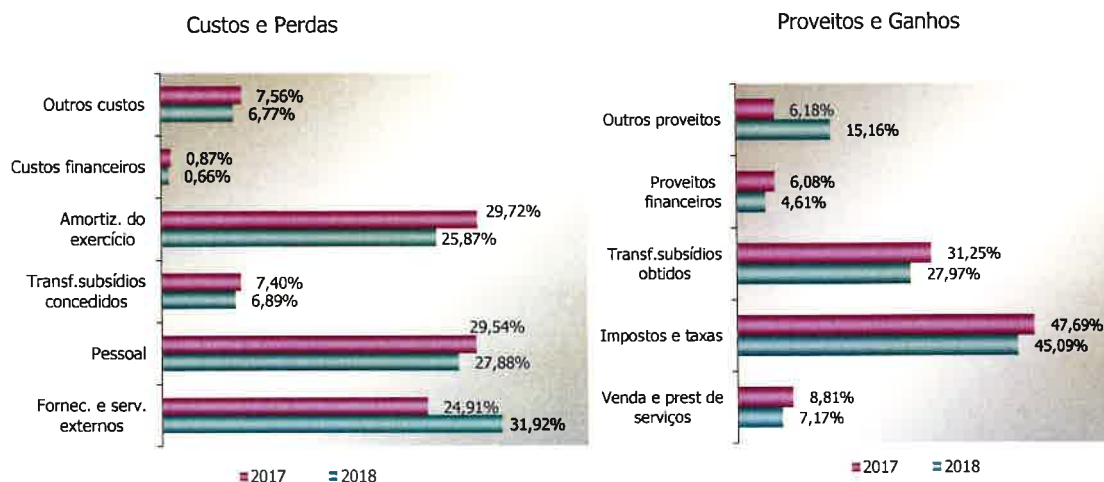
Das atividades desenvolvidas no decurso do ano económico, resulta um total de custos no montante de 43.774.807,23€ e de proveitos no valor de 50.959.543,68€. Desta situação, apurou-se um resultado líquido 7.184.736,45€, pelo que se propõe a sua transferência para a rubrica de Resultados Transitados.

Para além do aumento verificado nos Impostos Diretos, durante o exercício em análise, os proveitos extraordinários registaram um valor anormalmente elevado de 7.341.071,70€, fruto do perdão de parte da dívida consolidada à EDP, ocorrido em sequência da respetiva liquidação antecipada, o que contribuiu para que, excecionalmente, o resultado líquido do exercício de 2018 se ficasse no montante de 7.184.736,54€.

QUADRO Nº 2

Natureza	Ano de 2017		Ano de 2018		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Custos e Perdas						
Fornecimentos e serv. externos	9.492.715,01	24,91%	13.974.138,98	31,92%	4.481.423,97	47,21%
Pessoal	11.256.570,05	29,54%	12.203.420,32	27,88%	946.850,27	8,41%
Transf.subsídios concedidos	2.819.261,73	7,40%	3.017.078,97	6,89%	197.817,24	7,02%
Amortizações e provisões do exercício	11.326.010,67	29,72%	11.326.450,80	25,87%	440,13	0,00%
Custos financeiros	333.304,04	0,87%	289.963,62	0,66%	-43.340,42	-13,00%
Outros custos	2.880.334,57	7,56%	2.963.754,54	6,77%	83.419,97	2,90%
Totais	38.108.196,07	100%	43.774.807,23	100%	5.666.611,16	14,870%
Proveitos e Ganhos						
Venda e prestações de serviços	3.218.460,40	8,81%	3.653.875,89	7,17%	435.415,49	13,53%
Impostos e taxas	17.424.751,78	47,69%	22.977.537,45	45,09%	5.552.785,67	31,87%
Transf.subsídios obtidos	11.417.059,99	31,25%	14.253.061,75	27,97%	2.836.001,76	24,84%
Proveitos financeiros	2.221.573,82	6,08%	2.347.346,97	4,61%	125.773,15	5,66%
Outros proveitos	2.257.151,61	6,18%	7.727.721,62	15,16%	5.470.570,01	242,37%
Totais	36.538.997,60	100%	50.959.543,68	100%	14.420.546,08	39,47%
Resultado Líquido do Exercício	-1.569.198,47		7.184.736,45		8.753.934,92	

FIGURA 2



Acréscimos e diferimentos

Ativo	2018	Passivo	2018
Acréscimos de Proveitos		Acréscimos de Custos	
Impostos Diretos	15.370.018,77	Remunerações a liquidar	889.428,00
Outros acréscimos de proveitos	231.627,88	Outros acréscimos de custos	902.677,86
Sub total	15.601.646,65	Sub total	1.792.105,86
Custos Diferidos		Proveitos Diferidos	
Outros custos diferidos	41.866,98	Subsídios para investimentos	23.098.599,47
Sub total	41.866,98	Outros proveitos diferidos	7.395,46
Total	15.643.513,63	Total	24.898.100,79



Afetação dos Subsídios para Investimentos a Proveitos do Exercício

Finalidade	Valor até 2018 (Proveitos diferidos)	Amortizado em 2018 (Proveitos de exercício)	Saldo final 2018 (a afetar a exercícios futuros)
Construção Escola da Retorta	434.262,42	3.354,93	430.907,49
Aqueduto dos Arcos	75.470,02	523,18	74.946,84
Requalificação ampliação Escola das Saibreiras- Ermesinde	174.967,87	2.994,08	171.973,79
Requalificação ampliação Escola de Balsehas - Campo	198.926,61	3.399,28	195.527,33
Requalificação ampliação Escola de Sampaio - Ermesinde	221.175,93	1.710,36	219.465,57
Requalificação ampliação Escola do Barreiro - Alfena	224.306,60	1.784,52	222.522,08
Construção da Escola da Estação - Valongo	901.540,77	14.495,01	887.045,76
Construção da Escola do Valado - Valongo	1.705.924,64	25.853,27	1.680.071,37
Requalificação ampliação Escola da Boavista - Valongo	228.664,16	1.766,90	226.897,26
Construção da Escola Mirante Sonhos - Ermesinde	1.594.517,75	23.315,75	1.571.202,00
Aquisição de 46 fogos Montes da Costa	981.826,39	14.188,49	967.637,90
Programa Polis	5.622.464,92	252.979,33	5.369.485,59
Pavilhão Gimnodesportivo de Valongo	121.412,09	2.277,05	119.135,04
Requalif.envolvente das Capelas Stª Justa e S. Sabino	340.769,67	47.758,78	293.010,89
Pavilhão Gimnodesportivo de Campo	641.577,17	11.910,55	629.666,62
Pavilhão Gimnodesportivo de Sobrado	486.500,34	11.121,06	475.379,28
Nova Escola EB1/JI de Valongo	533.749,50	8.162,10	525.587,40
Reservatórios de abastecimento de água	2.799.853,88	16.655,95	2.783.197,93
Loja do cidadão - Edifício Faria Sampaio	650.819,10	10.058,42	640.760,68
Centro Empresarial Campo - Via Distribuidora 1ª Fase	1.052.276,39	80.845,63	971.430,76
Construção da Escola Campelo - Sobrado	1.203.208,57	18.081,73	1.185.126,84
Requalificação ampliação Escola Susão - Valongo	535.680,15	9.381,32	526.298,83
Construção da Escola Moirais - Campo	811.066,93	12.189,01	798.877,92
Ampliação refeitório da Escola EB/JI Lombelho	143.776,92	1.049,57	142.727,35
Eficiência Energética Regul. Flu. Luminosos C. Valongo	557.838,17	35.720,61	522.117,56
Loja Interativa de Turismo	20.513,45	160,66	20.352,79
Const.passag.inf.Km9,095 p/supressão passag.nível Km9,087	217.401,62	217.401,62	0,00
Requalificação PER Barreiro - PEDU	246.354,27	4.163,39	242.190,88
Construção skatepark em Ermesinde	83.160,85	4.376,89	78.783,96
PEDU - Modernização Espaço Público PER Sampaio	177.244,97	177.244,97	0,00
Centro Cívico de Campo	108.940,29	0,00	108.940,29
Valongo Inteligente - Autarquia Digital	97.010,80	0,00	97.010,80
PIIMS - Via do Peregrino	151.408,71	0,00	151.408,71
Requalificação Modernização E.B. Secundária Ermesinde	947.373,26	919.111,47	28.261,79
Oficina da Regueifa e do Biscoito	488.418,23	0,00	488.418,23
Mais VAL	84.673,04	0,00	84.673,04
PMAT - Plano de Mobilidade Acessibilidade para Todos	100.866,95	0,00	100.866,95
PEDU - Modernização Espaço Público PER Barreiro	121.719,55	121.719,55	0,00
PEDU - Requalificação e reabilitação do PER Sampaio	21.272,09	0,00	21.272,09
Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto	10.486,37	0,00	10.486,37
PEDU - Requalificação e reabilitação do PER Balsehas	34.933,49	0,00	34.933,49
Total	25.154.354,90	2.055.755,43	23.098.599,47

Rácios de Análise Financeira

Em matéria de análise de balanço, reúne-se no quadro seguinte, o resultado de alguns rácios que permitem melhor conhecer a tendência evolutiva das massas patrimoniais.

Rácio	Anos				Descrição
	2015	2016	2017	2018	
Liquidez Geral Ativo circulante/ Passivo corrente	13,92%	53,73%	57,72%	77,49%	Mede a capacidade de solver os compromissos de curto prazo (inferiores a um ano) através de capitais circulantes.
		a)		b)	
Liquidez imediata Disponível / Passivo corrente	10,23%	15,01%	13,69%	18,45%	Mede o grau de cobertura dos passivos correntes através de disponibilidades.
Autonomia Financeira Capitais próprios / Ativo líquido	70,84%	73,45%	74,80%	78,07%	Mede a cobertura do ativo líquido através de fundos próprios.
Cobertura do Imobilizado Capitais permanentes / Imobilizado líquido	88,84%	94,72%	94,45%	96,98%	Mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes. O capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
Autofinanciamento de Capitais Permanentes Capitais próprios / Capitais permanentes	81,11%	83,79%	85,19%	88,86%	Este rácio indica em que medida os capitais permanentes (capitais próprios+exigível a médio e longo prazo) estão cobertos por capitais próprios.
Meios Libertos Resultado líquido + Amortizações + Provisões	9.707.805,85	9.740.043,62	10.017.379,47	18.511.187,25	Recursos financeiros gerados.

Indicadores patrimoniais	Anos			
	2015	2016	2017	2018
Imobilizado líquido ano n / Imobilizado líquido n-1	96,14%	96,59%	97,06%	97,24%
Amortizações acumuladas / Ativo Bruto	39,29%	42,23%	42,69%	44,15%
Proveitos diferidos ano n / Proveitos diferidos n-1	95,94%	99,06%	97,01%	101,35%
Resultado líquido exercício / Fundos Próprios	-1,02%	-0,98%	-0,87%	3,81%
Fornec Serv Externos ano n / Fornec Serv Externos n-1	107,05%	106,09%	106,84%	126,16%
Dívida a pagar curto prazo ano n / Dívida a pagar curto prazo n-1	100,32%	94,03%	94,94%	89,86%
Dívida a pagar médio longo prazo ano n / Dívida a pagar médio longo prazo n-1	93,64%	87,65%	89,24%	74,02%
Dívida a pagar / Ativo líquido	18,58%	16,17%	14,93%	11,40%

a) Em 2016, o rácio de liquidez geral está influenciado pela mudança de política contabilística quanto ao reconhecimento como proveitos do ano anterior, do IMI e Derrama cobrado no ano. Anulando o efeito do valor de acréscimos de proveito proveninete desse facto, o rácio de liquidez geral seria de 18,44%.

b) Em 2018, o rácio de liquidez geral está influenciado pela aplicação do sistema de gestão de faturação a nível informático, permitindo que pela emissão da fatura se debita a respetiva conta de terceiros, fazendo refletir esse ativo no Balanço

ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA RECEITA

Receita Cobrada

A estrutura da receita autárquica obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, sendo classificada por capítulos.

No ano 2018, a receita efetiva foi de 61.672.087,64€, correspondendo às componentes económicas corrente e de capital, respetivamente 36.565.455,43€ (59,14%) e 25.196.222,08€ (40,86%).

A este quantitativo de receita corrente acresce o montante de 89.589,87€, relativo a receita de anos anteriores apenas cobrada em 2018, o que perfaz o montante de 61.761.677,51€. Este valor correspondente a anos anteriores não foi considerado para efeitos comparativos.

As reposições não abatidas nos pagamentos foram de 13.777,90€ (0,02%), totalizando os recursos financeiros globais o valor de 61.775.455,41€, cujo grau de execução foi de 90,41%.

O saldo transitado da gerência anterior, inserido no orçamento de 2018 pela sua totalidade, foi no valor de 3.226.933,62€, perfazendo um total geral de receita disponível de 65.002.389,03€.

Da estrutura da receita representada no quadro abaixo observa-se a supremacia das transferências de capital (40,79%), salientando-se também a importância dos impostos diretos (28,03%) seguindo-se as transferências correntes com um peso de 18,15%.

QUADRO Nº 3

Descrição		Montante	%
Receitas Correntes	01 - Impostos Diretos	17.312.914,95 €	28,03%
	02 - Impostos Indiretos	1.275.060,78 €	2,06%
	04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	485.163,48 €	0,79%
	05 - Rendimentos de Propriedade	1.873.623,97 €	3,03%
	06 - Transferências Correntes	11.210.753,93 €	18,15%
	07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	4.071.742,70 €	6,59%
	08 - Outras Receitas Correntes	336.195,62 €	0,54%
	Total da Receita Corrente		36.565.455,43 €
Receitas Capital	10 - Transferências de Capital	4.497.366,69 €	40,79%
	12 - Passivos Financeiros	20.698.855,39 €	33,51%
	Total da Receita de Capital		25.196.222,08 €
15 - Reposições não abatidas aos pagamentos		13.777,90 €	0,02%
Total da Receita		61.775.455,41 €	100%

Nota: Receita Cobrada Bruta

Rácios de Estrutura da Receita

Evidenciam as proporções existentes entre as principais rubricas da Receita.

Impostos 50,83%

Receitas Correntes

Transferências Correntes 30,66%

Receitas Correntes

Receitas Correntes do ano n 115,59%

Receitas Correntes do ano n-1

Transferências de Capital 82,15%

Receitas de Capital

Receitas Correntes 59,19%

Receitas Totais

Impostos e taxas do ano n 123,66%

Impostos e taxas do ano n-1

Receitas Próprias

Receitas obtidas a nível interno, através do produto dos impostos diretos e outros que recaem sobre o Setor Produtivo, bem como da atividade na venda de bens e serviços correntes.

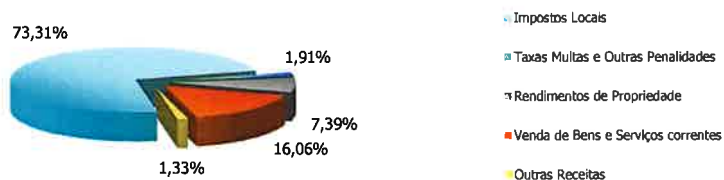
Compreendem duas vertentes quanto à forma de cobrança, dado que a receita de impostos diretos é efetuada pela Administração Central e a restante pelo Município.

QUADRO Nº 4

Receitas Próprias		Montante	%
Corrente	Impostos Locais	18.587.975,73 €	73,31%
	Taxas Multas e Outras Penalidades	485.163,48 €	1,91%
	Rendimentos de Propriedade	1.873.623,97 €	7,39%
	Venda de Bens e Serviços correntes	4.071.742,70 €	16,06%
	Outras Receitas	336.195,62 €	1,33%
Total da Receita Própria		25.354.701,50 €	100,00%

O gráfico seguinte detalha a composição desta estrutura

FIGURA 3



Indicadores de importância das Receitas Próprias na estrutura da Receita

Impostos Locais 50,83%
Receitas Correntes

Receitas Próprias 41,04%
Receita Total

Receitas Próprias Correntes 69,34%
Receitas Correntes

Rendimentos de propriedade (ano n) 107,40%
Rendimentos de propriedade (ano n-1)

O facto das receitas próprias terem um peso superior a 69,34% na receita corrente, revela uma significativa independência financeira por parte do Município.

Receita Fiscal

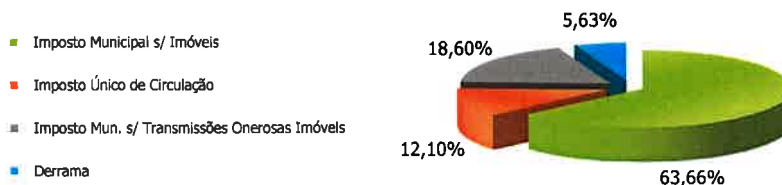
No conjunto das receitas do Município, merece especial destaque, pela sua representatividade, a receita fiscal cobrada de 18.587.975,73€, representando 50,83% da receita corrente e 30,09% do total da receita, cujas componentes refletem a capacidade tributária do Município e resultam da dinâmica social, económica e urbana existente. Em relação ao ano 2017, a Receita fiscal apresenta um acréscimo de 20,60%, fruto dos aumentos de 16,38% dos impostos diretos e de 136,09% dos impostos indiretos.

Nos quadros e gráficos a seguir observam-se os vários agregados que compõem esta receita tais como impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

QUADRO Nº 5

Impostos Diretos	Montante	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	11.021.775,22 €	63,66%
Imposto Único de Circulação	2.095.253,58 €	12,10%
Imposto Mun. s/ Transmissões Onerosas Imóveis	3.219.704,44 €	18,60%
Derrama	975.497,65 €	5,63%
Impostos abolidos - Contribuição Autárquica	684,06 €	0,00%
Total	17.312.914,95 €	100%

FIGURA 4

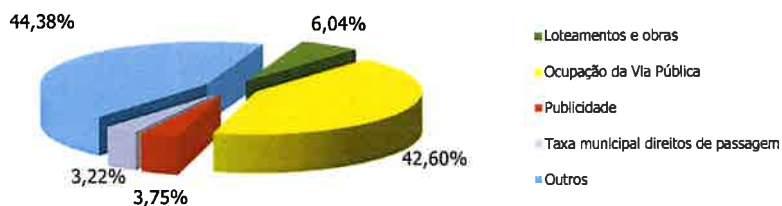


Os impostos indiretos provêm de receitas exclusivamente do Setor Produtivo, isto é, são pagos por unidades empresariais.

QUADRO Nº 6

Impostos Indiretos	Montante	%
Taxas pagas por empresas:		
Loteamentos e obras	77.002,43 €	6,04%
Ocupação da Via Pública	543.234,59 €	42,60%
Publicidade	47.868,62 €	3,75%
Taxa municipal direitos de passagem	41.090,47 €	3,22%
Outros	565.864,67 €	44,38%
Total	1.275.060,78 €	100%

FIGURA 5



No quadro seguinte englobam-se taxas diversas pagas por particulares, bem como multas e outras penalidades produzidas pela efetivação de sanções pecuniárias, como resultado de infrações cometidas, quer por particulares quer por unidades empresariais.

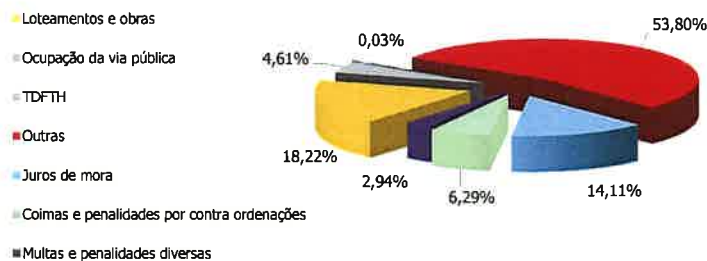
O montante de 261.016,83 € inscrito na rubrica Outras engloba a receita correspondente à autenticação de documentos, aditamentos, certidões, averbamentos, prorrogação de licenças, plantas topográficas e outros.

QUADRO Nº 7

Taxas, Multas e Outras Penalidades	Montante	%
Taxas pagas por particulares:		
Loteamentos e obras	88.396,75 €	18,22%
Ocupação da via pública	22.390,21 €	4,61%
TDFTH	126,25 €	0,03%
Outras	261.016,83 €	53,80%
Multas e outras penalidades:		
Juros de mora	68.476,63 €	14,11%
Coimas e penalidades por contra ordenações	30.508,57 €	6,29%
Multas e penalidades diversas	14.248,24 €	2,94%
Total	485.163,48 €	100%

TDFTH: Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação

FIGURA 6

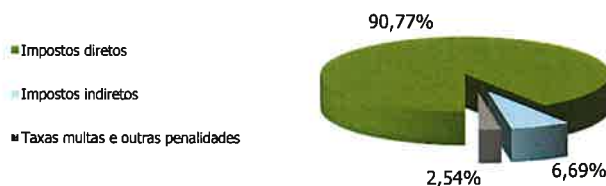


No quadro abaixo apresenta-se o peso de cada componente da receita fiscal:

QUADRO Nº 8

Receita Fiscal	Montante	%
Impostos diretos	17.312.914,95 €	90,77%
Impostos indiretos	1.275.060,78 €	6,69%
Taxas multas e outras penalidades	485.163,48 €	2,54%
Total da receita fiscal	19.073.139,21 €	100%

FIGURA 7



TRANSFERÊNCIAS

Transferências do Orçamento do Estado para 2018

Os Fundos Municipais (FM) são constituídos por transferências correntes e de capital, inscritas no Orçamento do Estado e destinadas a satisfazer despesas das Autarquias. Os Fundos Municipais são compostos pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a participação na coleta líquida do IRS, proveniente dos contribuintes residentes em cada Município.

No cálculo destas transferências são aplicadas as disposições dos artigos 25º a 35º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto), em articulação com o preconizado no art.º 77º, capítulo V do Orçamento do Estado para 2018 – Lei n.º 114/2017, de 28 de dezembro e assente num conjunto de variáveis e dados estatísticos.

A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, que visa atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, é obtida através das seguintes formas de participação:

- a) Uma subvenção geral, determinada através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);
- b) Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM);
- c) Uma participação variável de 5% no IRS.

No ano 2018, o montante relativo ao Fundo Social Municipal continua a destinar-se exclusivamente ao financiamento das competências exercidas pelos municípios no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, estando consignado ao financiamento de despesas determinadas, relativas à educação, saúde e ação social.

O n.º 2 do art.º 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, refere que os montantes relativos à participação dos Municípios nos Fundos são inscritos no orçamento municipal da receita e transferidos por duodécimos até ao dia 15 do respetivo mês.

Menciona ainda o mesmo artigo que o Órgão Executivo do Município pode decidir da repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 90% do FEF, informando a DGAL anualmente e até 30 de junho do ano anterior ao qual respeita o Orçamento, da percentagem que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerado o percentual de 90%.

Por sua vez, a DGAL indica, até 31 de agosto de cada ano, os valores das transferências a efetuar para os Municípios no ano seguinte.

A Direção-geral das Autarquias Locais transferiu para o Município, de acordo com o Mapa XIX da Lei n.º 114/2017, de 28 de dezembro, os montantes aprovados provenientes da participação nos impostos do Estado, decorrentes do art.º 25º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, de acordo com os critérios de distribuição definidos no Capítulo III do citado diploma.

QUADRO Nº 9

Transferências do Orçamento do Estado		Montante	%
Correntes	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.994.410,00	48,99%
	Fundo Social Municipal	1.507.127,00	14,78%
	Participação variável no IRS	3.137.994,00	30,78%
Subtotal		9.639.531,00	94,56%
Capital	Fundo de Equilíbrio Financeiro	554.934,00	5,44%
	Subtotal	554.934,00	5,44%
Total Global		10.194.465,00	100,00%

As transferências do Orçamento do Estado registaram uma variação positiva de 1,5% em relação ao ano anterior, originada pelo aumento de 7,84% da Participação Variável no IRS e pelo decréscimo de 1,38% no Fundo de Equilíbrio Financeiro, tanto corrente como de capital. No conjunto da receita total, as transferências do Orçamento de Estado representam 16,50%, aferindo este indicador uma diminuição do grau de dependência da participação dos impostos estaduais, relativamente a 2017, cujo peso se situava nos 29,70%.

$\frac{\text{Fundo Municipal Corrente}}{\text{Receita Corrente}}$ 13,66%

$\frac{\text{Fundos Municipais}}{\text{Receita Total}}$ 16,50%

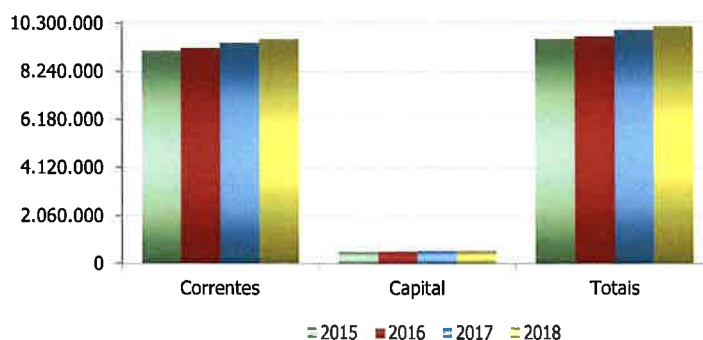
$\frac{\text{FEF de Capital}}{\text{Receita de Capital}}$ 2,20%

Evolução dos Fundos Municipais:

QUADRO Nº 10

Transf OE	Anos	2015	2016	Var. %	2017	Var. %	2018	Var. %
Correntes		9.134.202	9.245.750	1,22	9.481.135	2,55	9.639.531	1,67
Capital		510.324	517.074	1,32	562.673	8,82	554.934	-1,38
Totais		9.644.526	9.762.824	1,23	10.043.808	2,88	10.194.465	1,50

FIGURA 8



As transferências representam uma fonte substancial de financiamento e totalizam 25,43% da receita total da Autarquia. As suas diferentes origens podem ser visualizadas no quadro seguinte.

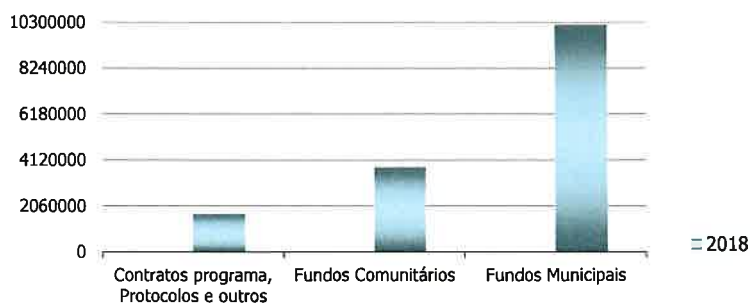
Transferências 25,43%
 Receitas Totais

QUADRO Nº 11

Transferências	Anos				Variação homóloga
	2017	%	2018	%	
Contratos Programas, Protocolos e outros					
Correntes	1.339.904,45	11,42%	1.478.908,02	9,41%	10,37%
Capital	0,00	0,00%	234.877,86	1,50%	
Fundos Comunitários					
Correntes	33.347,52	0,28%	92.314,91	0,59%	176,83%
Capital	313.341,22	2,67%	3.707.554,83	23,60%	1083,23%
Fundos Municipais					
Correntes	9.481.135,02	80,83%	9.639.531,00	61,37%	1,67%
Capital	562.673,00	4,80%	554.934,00	3,53%	-1,38%
Subtotal					
Correntes	10.854.386,99	92,53%	11.210.753,93	71,37%	3,28%
Capital	876.014,22	7,47%	4.497.366,69	28,63%	413,39%
Total	11.730.401,21	100,00%	15.708.120,62	100,00%	33,91%

Representação Gráfica das transferências globais

FIGURA 9



Da observação destes mapas conclui-se que a principal componente das Transferências são as relativas ao Orçamento do Estado (Fundos Municipais), calculadas de acordo com os art.º 25º a 35º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

A variação homóloga relativa ao total das Transferências foi de 33,91%.

ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa

A despesa é agregada pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos, cujos valores efetivos da despesa comprometida, realizada e paga, cifraram-se nos montantes de 66.171.551,38€, 61.158.651,36€ e 61.117.982,05€, cujo grau de execução, em relação à dotação final de 71.558.337,56€, foi de 92,47%, no que respeita ao compromisso e cerca de 85% no que concerne à despesa realizada e à execução financeira, como se detalha no quadro abaixo.

QUADRO Nº 12

Descrição	Comprometida		Realizada		Execução Financeira		
	Montante	%	Montante	%	V. pago	%	
Despesa Corrente	01 - Pessoal	12.149.524,67	18,36%	12.149.524,67	19,87%	12.149.524,67	19,88%
	02 - Aquisição de bens e serviços	22.866.895,53	34,56%	22.374.239,97	36,58%	22.373.238,16	36,61%
	03 - Juros e outros encargos	298.656,81	0,45%	298.656,81	0,49%	298.656,81	0,49%
	04 - Transferências Correntes	2.986.754,96	4,51%	2.949.066,54	4,82%	2.949.066,54	4,83%
	05 - Subsídios	95.924,84	0,14%	95.924,84	0,16%	95.924,84	0,16%
	06 - Outras Despesas Correntes	1.257.428,65	1,90%	1.250.737,49	2,05%	1.250.737,49	2,05%
	Total da Despesa Corrente	39.655.185,46	59,93%	39.118.150,32	63,96%	39.117.148,51	64,00%
Despesa de Capital	07 - Aquisição bens de capital	13.118.545,54	19,83%	8.645.203,99	14,14%	8.605.536,49	14,08%
	Terrenos	151.000,00	0,228%	151.000,00	0,247%	151.000,00	0,247%
	Edifícios	7.919.652,07	11,97%	5.780.328,13	9,45%	5.780.328,13	9,46%
	Construções diversas	3.477.120,78	5,25%	1.906.117,84	3,12%	1.906.117,84	3,12%
	Material de transporte	86.615,48	0,13%	86.615,48	0,14%	86.615,48	0,14%
	Equipamento de informática	181.058,98	0,27%	181.058,98	0,30%	181.058,98	0,30%
	Software informático	35.083,71	0,05%	27.098,54	0,04%	27.098,54	0,04%
	Equipamento administrativo	53.030,74	0,08%	45.306,49	0,07%	45.306,49	0,07%
	Equipamento básico	1.214.983,78	1,84%	467.678,53	0,76%	428.011,03	0,70%
	08 - Transferências de capital	645.350,74	0,98%	642.827,41	1,05%	642.827,41	1,05%
	09 - Ativos financeiros	177.325,50	0,27%	177.325,50	0,29%	177.325,50	0,29%
	10 - Passivos Financeiros	12.575.144,14	19,00%	12.575.144,14	20,56%	12.575.144,14	20,58%
	Total da Despesa de Capital	26.516.365,92	40,07%	22.040.501,04	36,04%	22.000.833,54	36,00%
Total da Despesa	66.171.551,38	100%	61.158.651,36	100%	61.117.982,05	100%	

A despesa corrente realizada foi de 39.118.150,32€ e a despesa de capital ascendeu a 22.040.501,04€

sendo que as duas componentes representam, respetivamente 63,96% e 36,04% da grandeza em análise.

De referir que a dívida transitada de 2017 para 2018 foi no valor de 225€, relativo a duas faturas em conferência que aguardavam as respetivas notas de crédito

Rácios de Estrutura da Despesa, evidenciando o comportamento das variáveis mais significativas da despesa, na ótica da realização.

Pessoal 31,06%

Despesa Corrente

Aquisição de Bens e Serviços 57,20 %

Despesa Corrente

Encargos Financeiros 0,76 %

Despesa Corrente

Investimento 39,22 %

Despesa de Capital

Passivos Financeiros 57,05 %

Despesa de Capital

Pessoal 19,87 %

Despesa Total

Comparação das diversas fases da despesa

No quadro seguinte estão evidenciados os níveis de execução nas diferentes fases da despesa, concluindo-se que da despesa comprometida ficou por realizar 7,58%, enquanto que apenas 0,07% do valor faturado representa dívida no final de 2018.

QUADRO Nº 13

Despesa	Dotação	Comprometida	Realizada	Paga	Realizada e não paga	Comprometida por realizar
Despesa Corrente	41.857.668,40	39.655.185,46	39.118.150,32	39.117.148,51	1.001,81	537.035,14
Despesa de Capital	29.700.669,16	26.516.365,92	22.040.501,04	22.000.833,54	39.667,50	4.475.864,88
Total	71.558.337,56	66.171.551,38	61.158.651,36	61.117.982,05	40.669,31	5.012.900,02

A despesa realizada deduzida dos encargos da dívida, juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, no montante de 298.532,313€ e de 12.575.144,14€, respetivamente, situa-se em 50.284.974,91€. Por razões impostas pela Contabilidade Pública, essa despesa contém a dívida reportada à execução de anos anteriores no montante de 225,00€, cuja proveniência é identificada na página anterior.

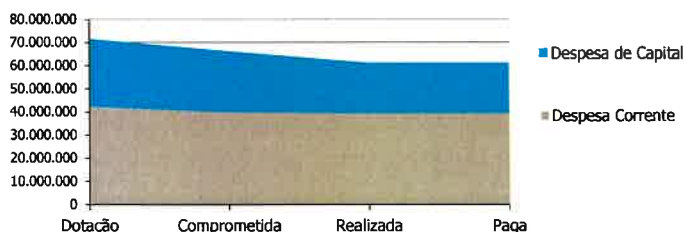
Da leitura do mapa do Controlo Orçamental da Despesa, que constitui parte integrante da Prestação de Contas, o total dos compromissos por pagar no montante de 5.053.569,33€, resulta da faturação não paga (40.669,31€) e dos compromissos por realizar (5.012.900,02€). A execução global da despesa paga foi de 61.117.982,05€.

Dos 40.669,31€ de faturação em dívida, 39.667,50€ diz respeito a uma fatura relativa a mobiliário adquirido para a Oficina da Regueifa e do Biscoito, investimento que em 31/12/2018 aguardava visto do Tribunal de Contas.

Os compromissos assumidos para exercícios futuros de 61.580.445,82€ dizem respeito nomeadamente aos contratos de: serviços de limpeza e higiene pública; fornecimento de refeições nos estabelecimentos de ensino pré escolar e básico; plano de emergência alimentar; transportes escolares; fornecimento de combustíveis; comunicações; seguros e outros encargos de instalações; Fundo de Apoio Municipal; serviço da dívida decorrente de empréstimo a médio e longo prazos e investimentos em infraestruturas, ordenamento do território e beneficiação da rede viária do concelho.

Representação gráfica das fases da despesa

FIGURA 10



Representação gráfica dos compromissos de 2018 por pagar

FIGURA 11



Despesas de Funcionamento

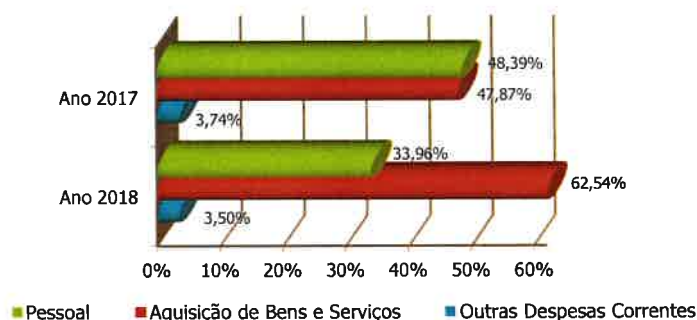
Pela ótica da despesa faturada total, regista-se um acréscimo de 53,73% quando comparado com o ano anterior, não obstante a reduzida dívida transitada e o pagamento da totalidade da dívida existente. O aumento de 100,85% em Aquisição de Bens e Serviços está influenciado pela liquidação antecipada da dívida consolidada à EDP no valor 10.714.631,23€. Na componente de Outras Despesas Correntes, no ano 2018, está incluído o montante de 402.975,01€, relativo a restituições de impostos cobrados em anos anteriores.

QUADRO Nº 14

Encargos de Funcionamento	Ano 2017		Ano 2018		Variação %
	Montante	%	Montante	%	
Pessoal	11.260.669,90	48,39%	12.149.524,67	33,96%	7,89%
Aquisição de Bens e Serviços	11.139.951,58	47,87%	22.374.239,97	62,54%	100,85%
Outras Despesas Correntes	870.202,27	3,74%	1.250.737,49	3,50%	43,73%
Total	23.270.823,75	100%	35.774.502,13	100%	53,73%

O gráfico seguinte detalha a composição destas despesas

FIGURA 12



Quadro demonstrativo da estrutura da despesa com pessoal no funcionamento da administração, repartida pelas componentes mais significativas, registando um ligeiro aumento de 7,89%.

QUADRO Nº 15

Custos	Ano 2017		Ano 2018		Variação %	
	Montante	%	Montante	%		
Remunerações e abonos	Pessoal aguardando aposentação	6.438,35	0,06%	11.268,29	0,09%	75,02%
	Membros dos Órgãos Autárquicos	148.985,70	1,32%	205.911,36	1,69%	38,21%
	Pessoal dos quadros	8.201.098,14	72,83%	8.728.992,24	71,85%	6,44%
	Pessoal em regime tarefa avença	0,00	0,00%	14.760,00	0,12%	
	Pessoal noutra situação	88.122,98	0,78%	123.934,54	1,02%	40,64%
Subtotal	8.444.645,17	74,99%	9.084.866,43	74,78%	7,58%	
Segurança Social	Suplementos de remunerações	40.443,52	0,36%	47.630,60	0,39%	17,77%
	Encargos sobre remunerações	1.896.450,99	16,84%	2.024.227,85	16,66%	6,74%
	Seguros	149.599,82	1,33%	163.478,82	1,35%	9,28%
	Encargos com a saúde	541.716,36	4,81%	638.246,65	5,25%	17,82%
Subtotal	2.628.210,69	23,34%	2.873.583,92	23,65%	9,34%	
Outras despesas	187.814,04	1,67%	191.074,32	1,57%	1,74%	
Total	11.260.669,90	100,00%	12.149.524,67	100,00%	7,89%	

Rácios

<u>Despesas de Funcionamento</u>	91,45%	<u>Despesas de Funcionamento</u>	58,49%
<u>Despesas Correntes</u>		<u>Despesa Total</u>	
<u>Pessoal</u>	33,96%		
<u>Despesas de Funcionamento</u>			

Comparativamente ao ano de 2017, os gastos com pessoal aumentaram 7,89%, em sequência das alterações legais que originaram os descongelamento das carreiras, bem como devido à criação de novos postos de trabalho.

Análise comparativa da Despesa de Funcionamento

QUADRO Nº 16

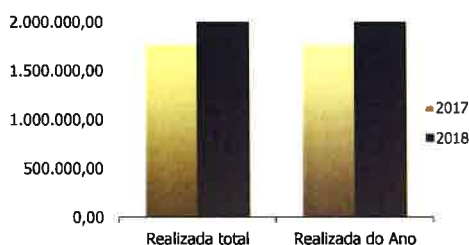
Rubrica	Despesa realizada total			Despesa realizada do ano		
	2017	2018	Var %	2017	2018	Var %
Pessoal	11.260.669,90	12.149.524,67	7,89%	11.260.771,41	12.149.524,67	7,89%
Aquisição de bens	1.767.491,44	1.997.981,49	13,04%	1.767.756,45	1.997.981,49	13,02%
Aquisição de serviços	9.372.460,14	10.376.258,48	10,71%	9.373.237,78	10.376.033,48	10,70%
Outras despesas correntes	870.202,27	1.250.737,49	43,73%	870.202,27	1.250.737,49	43,73%
Total	23.270.823,75	25.774.502,13	10,76%	23.271.967,91	25.774.277,13	10,75%

A despesa de funcionamento realizada total apresenta uma variação de 10,76%, decorrente do aumento verificado nas três componentes, originado pelo carácter pouco flexível e maioritariamente estável deste tipo de despesa.

Assim, ao efetuar a análise da despesa de funcionamento efetiva do ano, verifica-se que em 2018 foi apurado o valor de 25.774.277,13€ e em 2017 foi do montante de 23.271.967,91€, pelo que se verifica um aumento de 10,75%.

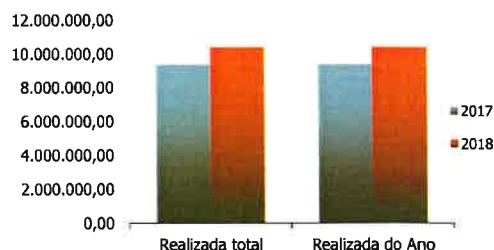
Aquisição de bens

FIGURA 13



Aquisição de serviços

FIGURA 14



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Recursos Humanos

A Autarquia, em termos de meios humanos expressos no Balanço Social, no final do ano de 2018 era composta por 553 contratados por tempo indeterminado, não existindo contratados por tempo resolutivo certo.

O total de elementos que figuram no Balanço Social difere do total efetivo de elementos da Autarquia em 31/12/2018 (589 trabalhadores) uma vez que para os cálculos estatísticos daquele Balanço não são incluídos os trabalhadores ausentes há mais de seis meses por razões de doença, licenças de maternidade e paternidade, licenças sem vencimento e outras.

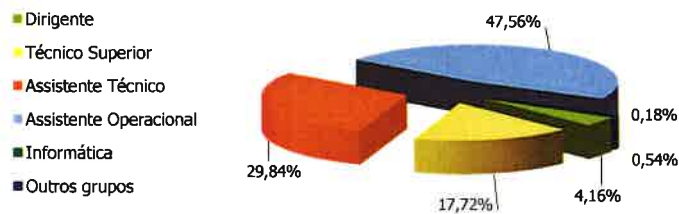
Os referidos elementos apresentam a seguinte distribuição:

QUADRO Nº 17

GRUPOS	Contrato por tempo indeterminado	%
Dirigente	23	4,16%
Técnico Superior	98	17,72%
Assistente Técnico	165	29,84%
Assistente Operacional	263	47,56%
Informática	1	0,18%
Outros grupos	3	0,54%
	553	100%

[Handwritten mark in blue ink]

Análise gráfica da afetação por grupos profissionais



O número total de trabalhadores efetivos em 31/12/2018 era composto por 289 homens e 264 mulheres, enquanto que no ano de 2017 foram registados 298 homens e 241 mulheres.

Fonte: Balanço Social 2018

Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo o sexo

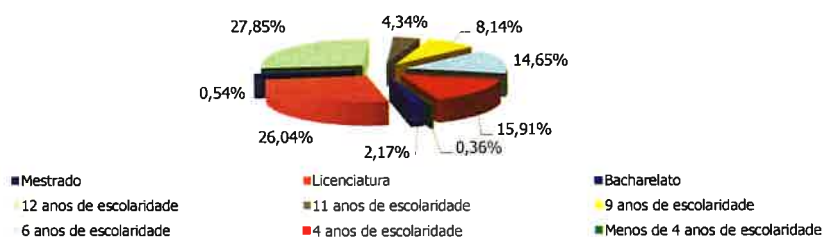
QUADRO Nº 18

Habilitações Literárias			Total	%
Mestrado	5	7	12	2,17%
Licenciatura	97	47	144	26,04%
Bacharelato	1	2	3	0,54%
12 anos de escolaridade	96	58	154	27,85%
11 anos de escolaridade	16	8	24	4,34%
9 anos de escolaridade	19	26	45	8,14%
6 anos de escolaridade	13	68	81	14,65%
4 anos de escolaridade	16	72	88	15,91%
Menos de 4 anos de escolaridade	1	1	2	0,36%
Totais	264	289	553	100%

A componente feminina apresenta níveis de escolaridade mais elevados, sendo que 97 possuem licenciatura e 96 são titulares do 12º ano de escolaridade.

Representação gráfica dos níveis de qualificação

FIGURA 16



Absentismo (contagem em dias):

QUADRO Nº 19

Tipo de Ausência	2018		Total	%	Total 2017	% Variação
						
Casamento	0,00	40,00	40,00	0,15%	30,0	33,33%
Proteção na parentalidade	720,00	112,00	832,00	3,08%	1.240,0	-32,90%
Falecimento Familiar	62,00	71,00	133,00	0,49%	141,0	-5,67%
Doença	9.500,00	12.986,00	22.486,00	83,15%	17.536,0	28,23%
Por acidente em serviço ou doença profissional	475,00	887,00	1.362,00	5,04%	1.174,0	16,01%
Assist. Família	57,00	52,00	109,00	0,40%	134,0	-18,66%
Trabalhador estudante	17,00	50,00	67,00	0,25%	42,0	59,52%
Por conta periodo de férias	365,00	458,50	823,50	3,05%	751,5	9,58%
Com perda de vencimento	9,00	4,00	13,00	0,05%	6,0	116,67%
Greve	77,50	54,00	131,50	0,49%	125,0	5,20%
Injustificadas	0,00	366,00	366,00	1,35%	474,5	-22,87%
Outros	323,50	357,50	681,00	2,52%	358,5	89,96%
Totais	11.606,0	15.438,0	27.044,0	100%	22.012,5	81%

Nos outros tipos de ausência incluem-se as ausências para formação, doação de sangue, atividade sindical e provas de concurso.

O total de 27.044,00 dias de ausência, para um universo de 553 trabalhadores, representa um elevado nível de absentismo.

As faltas por doença, aliadas aos acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram as causas dominantes neste quantitativo sendo que, quanto ao género, teve maior influência o grupo masculino com 13.873 ausências.



No grupo feminino, destacam-se as faltas por doença e por proteção na parentalidade, que atingem as 10.220 ausências.

Fonte: Balanço Social 2018

Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia

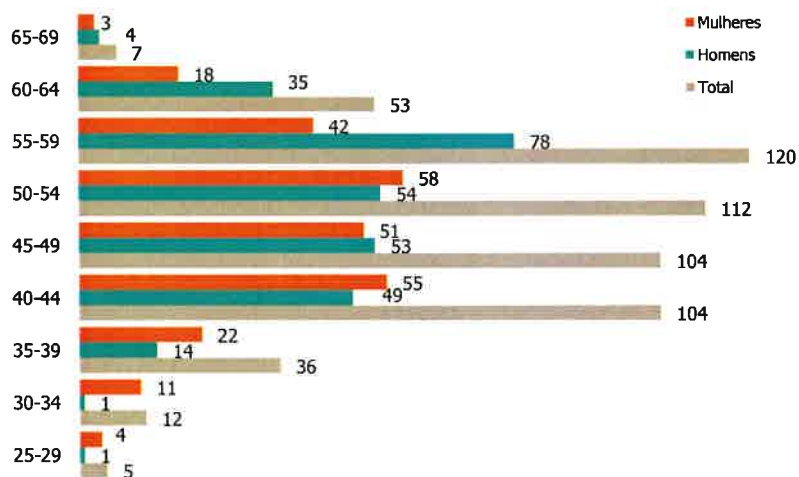
Distribuição do número dos efetivos por escalão etário em 31 de dezembro, cujo nível médio das idades se situa no intervalo entre os 55 e os 59 anos, verificando-se que 47,20% dos efetivos tem idade inferior a 50 anos.

QUADRO Nº 20

Idades			Total	%
25-29	4	1	5	0,90%
30-34	11	1	12	2,17%
35-39	22	14	36	6,51%
40-44	55	49	104	18,81%
45-49	51	53	104	18,81%
50-54	58	54	112	20,25%
55-59	42	78	120	21,70%
60-64	18	35	53	9,58%
65-69	3	4	7	1,27%
Totais	264	289	553	100%

Representação gráfica da estrutura etária dos Recursos Humanos

FIGURA 17



Fonte: Balanço Social 2018

Formação

Procurando conjugar as necessidades da Câmara com a valorização individual e profissional dos seus funcionários, com o objetivo de atingir níveis de eficiência adequados, no ano de 2018 a formação espelha-se no mapa seguinte:

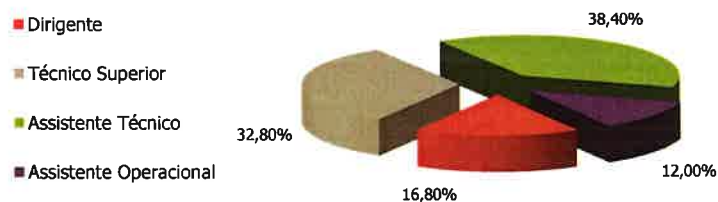
QUADRO Nº21

Funções	Ações externas		
	Participantes	Horas	%
Dirigente	21	235,0	16,80%
Técnico Superior	41	435,0	32,80%
Assistente Técnico	48	553,0	38,40%
Assistente Operacional	15	623,0	12,00%
Totais	125	1.846,0	100%

A formação externa, com 125 participações, inclui 1.846 horas de formação, procurando conjugar as necessidades da Autarquia com a valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores, com o objetivo de atingir níveis de eficiência adequados. No ano 2018 não foram realizadas ações de formação internas.

Análise gráfica da afetação por grupos profissionais

FIGURA 18



Contagem das ações de formação

QUADRO Nº 22

Ações	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	120 horas ou mais	Total
Ações externas	66	3	1	70
Totais	66	3	1	70

Fonte: Balanço Social 2018

Nacionalidade dos trabalhadores no exercício de funções

QUADRO Nº 23

Nacionalidade		Dirigente	Técnico Superior	Assist. Técnico	Assist. Operac.	Informática	Outros Grupos	Total
Países da União Europeia	H	9	36	54	185	1	3	288
	M	14	61	111	78	0	0	264
	Total	23	97	165	263	1	3	552
CPLP	H	—	1	—	—	—	—	1
	M	—	—	—	—	—	—	0
	Total	—	1	—	—	—	—	1
Totais	H	9	37	54	185	1	3	289
	M	14	61	111	78	0	0	264
	Total	23	98	165	263	1	3	553

FIGURA 19



Trabalhadores portadores de grau de deficiência

QUADRO Nº 24

	Dirigente	Técnico Superior	Assist. Técnico	Assist. Operac.	Informática	Outros grupos	Total
H	—	1	1	4	—	—	6
M	—	2	6	1	—	—	9
Total	0	3	7	5	0	0	15

Fonte: Balanço Social 2018

Transferências

Nos quadros que se seguem apresentam-se transferências repartidas por correntes e de capital e as correspondentes participações financeiras que totalizam 3.591.893,95€.

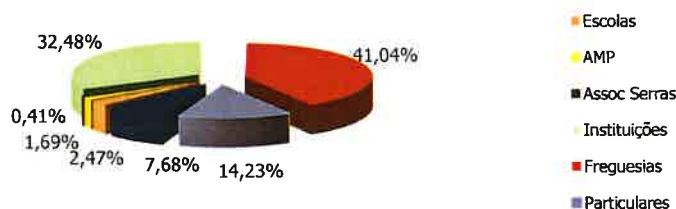
Os apoios financeiros atribuídos pelo Município dentro de um enquadramento regulamentar e na execução de contratos programa, destinam-se a financiar despesas correntes e de capital dos destinatários.

Correntes

QUADRO Nº 25

Transferências Correntes		Montante	%
Freguesias	Bombeiros	223.539,96	7,58%
	Escolas	71.952,73	2,44%
	Área Metropolitana do Porto	49.232,00	1,67%
	Associação das Serras do Porto	50.000,00	1,70%
	Instituições	945.403,67	32,06%
	Alfena	141.876,71	4,81%
	Campo e Sobrado	309.077,60	10,48%
	Ermesinde	371.902,56	12,61%
	Valongo	371.902,56	12,61%
	Particulares	414.178,75	14,04%
Total		2.949.066,54	100%

FIGURA 20

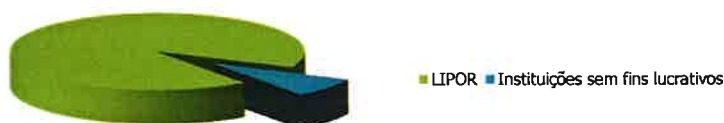


Capital

QUADRO Nº 26

Transferências de Capital	Montante	%
LIPOR	590.127,42	91,80%
Instituições sem fins lucrativos	52.699,99	8,20%
Total	642.827,41	100%

FIGURA 21



Encargos da dívida de Empréstimos

QUADRO Nº 27

Entidade	Encargos do ano de 2017			Encargos do ano de 2018			% Variação
	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total	
Emp. Bonificados - PER	502.821,78	5.241,37	508.063,15	503.717,21	4.159,89	507.877,10	-0,04%
Emp. Bonificados - Outros	44.827,80	48,22	44.876,02	33.507,66	8,88	33.516,54	-25,31%
Subtotal	547.649,58	5.289,59	552.939,17	537.224,87	4.168,77	541.393,64	-2,09%
Emp. Outros - Diversos	399.534,84	2.827,17	402.362,01	399.999,90	1.988,92	401.988,82	-0,09%
Emp. Outros - Prede	721.406,00	12.485,91	733.891,91	721.406,00	6.666,99	728.072,99	-0,79%
Emp. Outros - PAEL	1.174.614,74	305.140,96	1.479.755,70	10.571.532,53	212.603,84	10.784.136,37	628,78%
Emp. Líquid. antecipada PAEL + Dívida consolidada à EDP	0,00	0,00	0,00	344.980,84	73.103,79	418.084,63	
Subtotal	2.295.555,58	320.454,04	2.616.009,62	12.037.919,27	294.363,54	12.332.282,81	371,42%
Totais	2.843.205,16	325.743,63	3.168.948,79	12.575.144,14	298.532,31	12.873.676,45	

A variação extraordinária verificada nos encargos da dívida de 2018, relativamente ao ano de 2017, de 371,42%, foi causada pela liquidação antecipada do empréstimo contratado no âmbito do PAEL

Juros de empréstimos 0,82 %
Receita corrente

Juros de empréstimos 0,76 %
Despesa Corrente

Juros de empréstimos 2,32 %
Serviço da dívida

Serviço da dívida 35,21 %
Receita corrente

Amortizações 97,68 %
Serviço da dívida

Serviço da dívida 21,05%
Despesa Total

Composição em termos percentuais do serviço da dívida

QUADRO Nº 28

Descrição	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Amortização anual	3.181.456,70	88,12%	4.290.916,88	91,98%	2.843.205,16	89,72%	12.575.144,14	97,68%
Juros	429.049,40	11,88%	373.909,32	8,02%	325.743,63	10,28%	298.532,31	2,32%
Serviço da dívida	3.610.506,10	100%	4.664.826,20	100%	3.168.948,79	100%	12.873.676,45	100%

A Assembleia Municipal, em 28/05/2018, deliberou por maioria aprovar a contratação dos empréstimos de médio/longo prazos para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018, ao Banco BPI, SA, até ao montante de 11.000.000,00€ e à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Crl, até ao valor de 10.519.014,10€, por um período de 20 anos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida dos spreads de 1,20% e 1,23%, respetivamente.

Os dois novos empréstimos, cuja utilização foi nos montantes de 10.412.692,63€ e 10.286.162,76€ respetivamente, substituíram o empréstimo relativo ao PAEL com uma liquidação total e antecipada do mesmo, bem como a dívida consolidada à EDP, cujo pagamento antecipado face ao plano de pagamentos acordado, resultou numa redução da dívida de 40% (5.480.078,45€). Não obstante a referida redução, a transformação da dívida consolidada à EDP em empréstimo de médio e longo prazo, apesar de fazer diminuir o saldo da conta de fornecedores, provoca um aumento do saldo referente à dívida a Instituições de crédito.

Limite da dívida total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, veio definir novas regras no que concerne ao limite de endividamento aplicável aos Municípios, orientado por princípios de rigor e eficiência, com o objetivo de minimizar custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo, garantir uma distribuição equilibrada de custos pelos orçamentos anuais, prevenir a excessiva concentração temporal de amortização e precaver a exposição a riscos excessivos.

O n.º 1 do art.º 52.º da referida Lei estabelece que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades relevantes previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 estipula que a dívida total engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de entidades financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O n.º 3 do mesmo artigo define que, em caso de incumprimento do limite, a Autarquia deve reduzir pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido. Caso cumpra o limite, só pode aumentar, em cada ano, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O art.º 56.º, n.º 1 da Lei em apreço refere que, sempre que na informação reportada à DGAL a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas finanças e autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do Município.

Menciona ainda o n.º 2 que, sempre que na informação reportada à DGAL a dívida total atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida, além das entidades supramencionadas é ainda informado o Banco de Portugal. O n.º 3 prevê que, no caso do Município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no Orçamento inferior a 85%, são informadas as entidades referidas no n.º 1.

O n.º 8 do art.º 98.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 refere que o montante relativo à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art.º 52.º da lei .º 73/2013, de 3 de setembro.

Das entidades consideradas como relevantes para efeitos de limite da dívida total constam os serviços municipalizados e intermunicipalizados, entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas (em caso de desequilíbrio de contas - art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), as cooperativas e fundações e entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

Situação do Município face ao limite estipulado na Lei:

Limite à dívida total do Município:

Obs	Descrição	Montante
(1)	Receita corrente líquida:	
	2015	31.190.839
	2016	31.586.375
	2017	32.497.709
	Total	95.274.922
(2)	Média receita corrente líquida (1)/3	31.758.307
(3)	Média x 1,5	47.637.461

Descrição	Montante
Dívida:	
Total	27.539.016
Não orçamental	-1.530.800
Fundo de Apoio Municipal	-177.326
Orçamental	25.830.891
Entidades participadas	3.648.800
Total	29.479.691
Margem absoluta	18.157.770

Stock da Dívida

Composição e evolução da dívida a curto, médio e longo prazos:

QUADRO Nº 31

Designação da dívida	2018		
	Médio Longo Prazo	Curto Prazo	Total
Empréstimos	25.360.320,16		25.360.320,16
Outros Credores - ADRITEM	50.000,00		50.000,00
Outros Fornecedores		50.072,49	50.072,49
Estado e outros entes públicos		15,86	15,86
Outros devedores e credores		370.482,78	370.482,78
Subtotal	25.410.320,16	420.571,13	25.830.891,29
Fundo de Apoio Municipal	177.325,50		177.325,50
Operações de Tesouraria		1.530.799,53	1.530.799,53
Subtotal	177.325,50	1.530.799,53	1.708.125,03
Total	25.587.645,66	1.951.370,66	27.539.016,32

O stock da dívida da Autarquia é do valor de 27.539.016,32 €, repartido entre dívida de médio e longo prazos no montante de 25.587.645,66€ e 1.951.370,66€ correspondem a dívida a curto prazo. A dívida de médio e longo prazos inclui a dívida bancária de 25.360.320,16 €, a dívida acordada com a ADRITEM no valor de 50.000,00€ e o Fundo de Apoio Municipal, no montante de 177.325,50€.

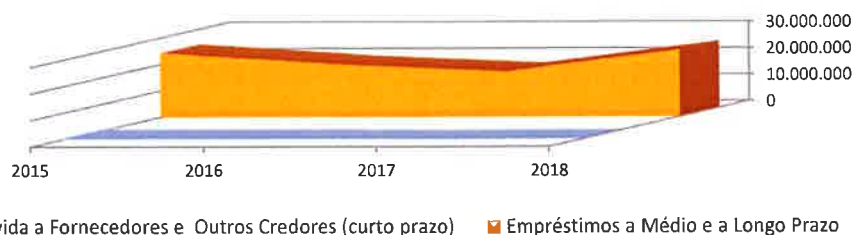
QUADRO Nº 32

Designação Dívida	Anos	2015						
		2015	2016	Var. %	2017	Var. %	2018	Var. %
Empréstimos a Médio e a Longo Prazo		24.370.730,94	20.079.814,07	-17,61%	17.236.608,91	-14,16%	25.360.320,16	47,13%
Dívida a Fornecedores e Outros Credores (curto prazo)		632.440,68	653.945,08	3,40%	367.805,72	-43,76%	420.571,13	14,35%
Endividamento sub total		25.003.171,62	20.733.759,15	-17,08%	17.604.414,63	-15,09%	25.780.891,29	46,45%
Outras Dívidas m.l.p.		18.223.309,14	17.520.100,14	-3,86%	16.780.430,90	-4,22%	50.000,00	-99,70%
Fundo de Apoio Municipal		1.418.602,85	1.182.168,85	100,00%	945.734,85	-20,00%	177.325,50	-81,25%
Operações de Tesouraria		785.590,16	736.100,93	-6,30%	817.607,72	11,07%	1.530.799,53	87,23%
Endividamento total		45.430.673,77	40.172.129,07	-11,57%	36.148.188,10	-10,02%	27.539.016,32	-23,82%

O quadro acima permite visualizar a composição da dívida nos últimos quatro anos e identificar a evolução da mesma registando uma diminuição de 23,82% no total, sendo que as outras dívidas a m.l.p. diminuíram 99,70%, fruto do pagamento integral da dívida consolidada à EDP, enquanto que o aumento dos empréstimos a médio e longo prazos foi de 47,13%, em sequência da liquidação antecipada do empréstimo do PAEL e da contratação de dois novos empréstimos para substituição de dívida a médio e longo prazo.

No tocante às Operações de Tesouraria, o acréscimo de 87,23% não tem representação em termos de dívida, são valores de Terceiros à guarda do Município, cuja contrapartida está registada no Ativo do Balanço em disponibilidades. Não constituem dívida visto tratar-se apenas de uma dinâmica de cobranças e pagamentos para Terceiros.

FIGURA 22



Reflexos da evolução do endividamento na estrutura da Dívida Municipal

QUADRO Nº 33

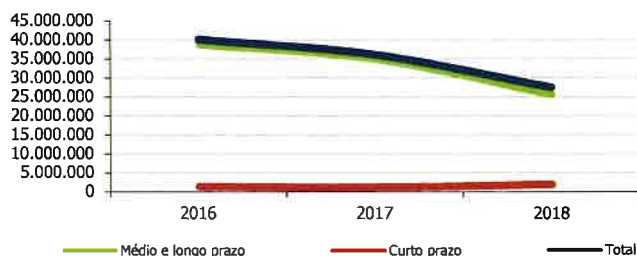
Designação da Dívida	Anos			
	2015	2016	2017	2018
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	53,64%	49,98%	47,68%	92,09%
Dívida a Fornecedores e Outros Credores	1,39%	1,63%	1,02%	1,53%
Dívida a outros credores a m. l. prazo	40,11%	43,61%	46,42%	0,18%
Operações de Tesouraria	1,73%	1,83%	2,26%	5,56%
Fundo de Apoio Municipal	0,00%	2,94%	2,62%	0,64%

Evolução do Stock da Dívida

QUADRO Nº 35

Anos	Médio e longo prazo	Taxa de absorção da dívida	Curto prazo	Taxa de absorção da dívida	Total	Taxa de absorção da dívida
2015	44.012.642,93		1.418.030,84		45.430.673,77	
2016	38.782.083,06	13,49%	1.390.046,01	2,01%	40.172.129,07	13,09%
2017	34.962.774,66	10,92%	1.185.413,44	17,26%	36.148.188,10	11,13%
2018	25.587.645,66	36,64%	1.951.370,66	-39,25%	27.539.016,32	31,26%

FIGURA 23



O Stock da dívida registado no Passivo do Balanço integra o total da dívida de curto, médio e longo prazos registada em 31 de dezembro de cada exercício económico. O mapa de evolução do stock da dívida permite analisar a diminuição da dívida relativamente ao ano imediatamente anterior, nas duas componentes.

Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprovou o programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços. Para cálculo do prazo médio de pagamentos (PMP) foi criado um indicador no qual o numerador (DF) corresponde ao valor das dívidas de curto prazo a fornecedores e o denominador (A) respeita às aquisições de bens e serviços, efetuadas no mesmo período temporal (Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril).

Relativamente aos anos anteriores, o PMP apresenta uma redução deveras importante e significativa, como se descreve:

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PMP	137	21	6	5	3	4

Relativamente ao exercício económico de 2017, a evolução trimestral foi a seguinte:

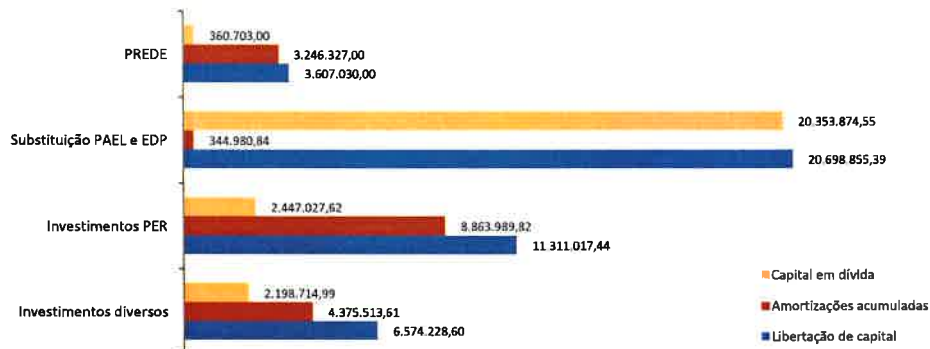
2018	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
PMP	3	4	4	4	
Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Dívidas a Fornecedores (DF)					
22 (Exclui 229)	386.660,30	195.609,37	355.329,22	50.072,49	987.671,38
252	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
261 (Exclui 2619)	351,53	12.371,35	36.945,85	39.667,50	89.336,23
265	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
266	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
267	9.321,18	0,00	7.380,00	0,00	16.701,18
Total Trimestre	396.333,01	207.980,72	399.655,07	89.739,99	1.093.708,79
Aquisições de bens e serviços (A)					
31 (débito s/ 317)	80.762,99	161.568,21	191.014,34	159.998,32	593.343,86
62 (saldo)	1.930.813,12	3.914.526,96	3.621.984,27	4.366.281,44	13.833.605,79
42 (débitos)	75.730,72	121.220,01	258.320,89	1.765.491,80	2.220.763,42
442 (débitos)	1.775.237,42	369.977,48	641.243,01	1.337.042,02	4.123.499,93
445 (débitos)	263.416,73	504.699,28	179.215,99	567.976,81	1.515.308,81
45 (débitos)	2.663,54	8.257,36	34.801,58	1.056.748,43	1.102.470,91
Total Trimestre	4.128.624,52	5.080.249,30	4.926.580,08	9.253.538,82	23.388.992,72
PMP	(DF/4)/A x 365				4,27

Empréstimos a médio e longo prazos

QUADRO Nº 36

Descrição	Libertação de capital	Amortizações acumuladas	Capital em dívida
Investimentos diversos	6.574.228,60	4.375.513,61	2.198.714,99
Investimentos no âmbito do PER	11.311.017,44	8.863.989,82	2.447.027,62
PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado	3.607.030,00	3.246.327,00	360.703,00
Liquidação antecipada PAEL e Substituição dívida EDP	20.698.855,39	344.980,84	20.353.874,55
Total	42.191.131,43	16.830.811,27	25.360.320,16

FIGURA 24



Receita Anual absorvida pelo Serviço da Dívida e o Peso dos Encargos Financeiros na Despesa Corrente

QUADRO Nº 37

Descrição	2015	2016	2017	2018
Serviço da Dívida	10,74	12,10	8,42	20,84
Receita Total				
Encargos Financeiros	1,77	0,06	1,23	0,76
Despesa Corrente				

Nota: O peso dos juros decorrentes da dívida de empréstimos, relativamente à despesa total, situa-se em 2018 nos 0,49%, enquanto que o total do serviço da dívida se situa nos 21,05% da despesa total

Detalhe da Dívida a Credores de Médio e Longo Prazo

No ano de 1988, relativamente à concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, foi apurada a dívida do montante de 81.783.344,64€ que, após vários anos de negociação, ficou fixada em 21.618.285,93€. Este abatimento à dívida do valor de 60.165.058,71€, resulta da anulação dos juros debitados de dezembro de 1988 a dezembro de 1994, no montante de 54.172.506,26€ e da valorização excepcional do património afeto à concessão e transferido para a EDP, no valor de 5.992.552,45€.

A 10 de outubro de 2002 foi submetido à aprovação da Câmara Municipal, o Protocolo de Cooperação entre a Autarquia e a EDP Distribuição para regularização do saldo da dívida, tendo sido assinado em 25 de Novembro do mesmo ano.

O Protocolo referia que o pagamento da dívida é no prazo de 20 anos, em prestações trimestrais, com vencimento no último dia do trimestre, por encontro de contas com a renda de concessão, desde o primeiro trimestre de 2002 até ao último trimestre de 2021 e última prestação de 13.700.196,10€, com possibilidade de renovação por mais 20 anos, a par da renovação do contrato de concessão, em condições a acordar nessa altura.

Entretanto, durante o ano de 2018, foi acordada a liquidação total da dívida consolidada à EDP, através do recurso a um empréstimo de médio e longo prazo, tendo resultado deste acordo de pagamento antecipado uma redução da dívida no valor de 5.660.078,43€.

Estrutura e execução do Investimento

O mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos apresenta um nível de execução global de cerca de 48%, resultado do quociente entre o valor executado e pago do ano (8.782.861,99€) e o valor global previsto deduzido do montante executado referente a anos anteriores (23.492.633,50€ - 4.994.793,19€). Esta taxa reflete o peso da execução anual face à previsão global do PPI (ano + anos seguintes).

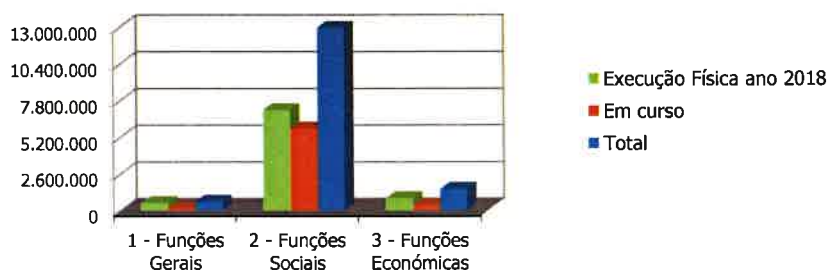
A realização dos projetos insertos em PPI tem uma continuidade no tempo, dado que a obra inicia-se e vai obedecendo a um cronograma financeiro, dando origem a faturas de execução física e obra em curso. Tendo em conta este facto, apura-se uma taxa de execução na ordem dos 92,36%. Se a análise tiver por base a execução física (faturação paga) a realização do ano situa-se em 53,34%.

Para a análise mais apurada do comportamento do investimento nas diferentes dinâmicas de atuação da gestão municipal, sugere-se a leitura dos quadros seguintes:

QUADRO Nº 38

Objectivos	Áreas de Investimento	A	B2	(B1+B2) / A	C	C/A	D=(B1+B2) +C	D/A
		Dotação Definida (final)	Executado pago do ano 2018	%	Em Curso	%	Total (Cabimento)	%
1 Funções Gerais	Edifícios Património Municipal	251.770,00	98.896,76	39,28%	134.932,54	53,59%	233.829,30	92,87%
	Mobiliário Maquinaria Equipamento	311.789,50	251.811,87	80,76%	14.836,61	4,76%	266.648,48	85,52%
	Material de Transporte	153.400,00	86.615,48	56,46%	55.350,00	36,08%	141.965,48	92,55%
	Outras funções gerais	211.677,00	123.123,01	43,06%	0,00	0,00%	123.123,01	43,06%
	Polícia municipal	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2 Funções Sociais	Educação	4.804.615,00	4.277.871,14	89,04%	351.885,14	7,32%	4.629.756,28	96,36%
	Ação Social	1.892.036,00	849.632,75	44,91%	901.550,50	47,65%	1.751.183,25	92,56%
	Ordenamento Território	2.527.062,00	615.601,06	24,36%	1.705.711,93	67,50%	2.321.312,99	91,86%
	Prot meio ambiente conserv natureza	659.199,00	168.334,46	25,54%	325.286,92	49,35%	493.621,38	74,88%
	Cultura	3.748.309,00	1.018.912,55	27,18%	2.464.944,80	65,76%	3.483.857,35	92,94%
	Desporto Recreio e Lazer	378.041,00	221.036,93	58,47%	71.028,34	18,79%	292.065,27	77,26%
3 Funções Económicas	Indústria e energia	38.900,00	1.384,17	3,56%	28.383,39	72,97%	29.767,56	76,52%
	Construções e Pav. - Alfena	527.239,00	362.415,08	68,74%	163.086,11	30,93%	525.501,19	99,67%
	Construções e Pav. - Campo e Sobrado	289.000,00	132.077,06	45,70%	150.094,87	51,94%	282.171,93	97,64%
	Construções Pav. - Ermesinde	163.485,00	162.368,07	99,32%	0,00	0,00%	162.368,07	99,32%
	Construções e Pav. - Valongo	155.865,00	134.098,89	86,04%	0,00	0,00%	134.098,89	86,04%
	Outras Obras Construção Concelho	125.396,00	78.939,72	62,95%	32.296,18	25,76%	111.235,90	88,71%
	Segurança Rodoviária	48.515,00	22.417,49	46,21%	0,00	0,00%	46.932,01	96,74%
4 Outras Funções	Diversas não especificadas	177.325,50	177.325,50	100,00%	0,00	0,00%	177.325,50	100,00%
Totais		16.464.624,00	8.782.861,99	53,34%	6.423.901,85	39,02%	15.206.763,84	92,36%

FIGURA 25



Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano representam o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, sendo constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelas Atividades Mais Relevantes e cuja taxa de execução das GOP's será a que tem por base o registo da faturação, 64,01%, traduzindo a despesa efetivamente realizada.

O PPI contém a despesa de investimento, sendo que as Atividades Mais Relevantes incluem despesas correntes, com caráter plurianual.

Na dotação das Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos representa 70,49% e as Atividades Mais Relevantes 29,51%. Relativamente ao valor realizado das Grandes Opções do Plano, o PPI e as AMR têm um peso de 59,02% e de 40,98%, respetivamente.

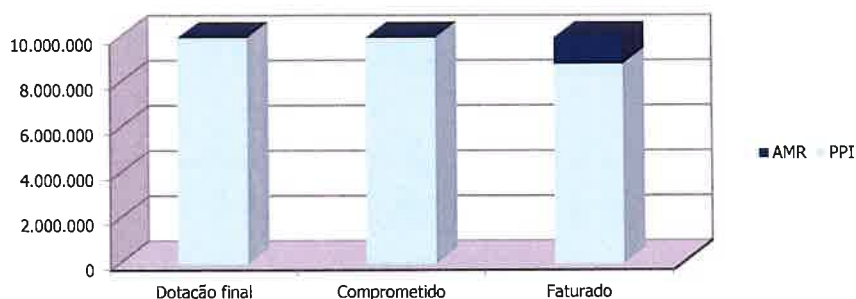
O mapa que a seguir se apresenta mostra a estrutura das Grandes Opções do Plano por objetivos, comparando o valor executado.

QUADRO Nº 39

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	929.636,50	706.463,00	680.979,87	610.504,58	560.447,12	609.505,34
2 Funções Sociais	14.009.262,00	4.193.764,00	11.171.192,64	3.980.010,38	7.191.056,39	3.894.765,76
3 Funções Económicas	1.348.400,00	792.827,00	1.266.373,03	535.311,37	893.700,48	535.311,37
4 Outras Funções	177.325,50	1.198.240,00	177.325,50	1.087.509,71	177.325,50	1.087.509,71
Totais	16.464.624,00	6.891.294,00	13.295.871,04	6.213.336,04	8.822.529,49	6.127.092,18
Total GOP's	23.355.918,00		19.509.207,08		14.949.621,67	

FIGURA 26

Grandes Opções do Plano



A parte mais significativa da afetação das despesas das GOP, na ótica da realização, ocorreu nas Funções Sociais com um montante de despesa realizada de 11.085.822,15€, consequência do esforço realizado pela Autarquia no que concerne à Educação, Ação Social, Desporto, Recreio e Lazer e Resíduos Sólidos.

As Funções Económicas são do valor total de 1.429.011,85€, surgindo por último as Outras Funções e as Funções Gerais nos montantes de 1.264.835,21€ e de 1.169.952,46€, respetivamente.

Despesa de Investimento e fontes de financiamento

Destacam-se da execução do PPI as componentes que constituem o investimento, a seguir referenciadas:

QUADRO Nº 40

Descrição	Montantes			
	Faturado	%	Pago	%
Terrenos	151.000,00	1,71%	151.000,00	1,72%
Edifícios	5.780.328,13	65,52%	5.780.328,13	65,81%
Construções diversas	1.906.117,84	21,61%	1.906.117,84	21,70%
Material de transporte	86.615,48	0,98%	86.615,48	0,99%
Equipamento de informática	181.058,98	2,05%	181.058,98	2,06%
Software informático	27.098,54	0,31%	27.098,54	0,31%
Equipamento administrativo	45.306,49	0,51%	45.306,49	0,52%
Equipamento básico	467.678,53	5,30%	428.011,03	4,87%
Unidades de participação	177.325,50	2,01%	177.325,50	2,02%
Total	8.822.529,49	100,00%	8.782.861,99	100,00%

Esta descrição permite analisar as despesas económicas, ocupando uma percentagem significativa os Edifícios e as Construções Diversas.

O Investimento Autárquico foi financiado pelas componentes descritas no quadro a seguir:

QUADRO Nº 41

Descrição	Montante	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	554.934,00	6,32%
Participações comunitárias projetos co-financiados	3.942.432,69	44,89%
Poupança corrente (parte)	4.285.495,30	48,79%
Total	8.782.861,99	100,00%

Na ótica da realização, a despesa de investimento constitui 39,22% da despesa de capital e diz essencialmente respeito a obras em Edifícios (do Património Municipal; Educação; Desporto; Recreio e Lazer), obras no âmbito do Ordenamento do Território e de Beneficiação da Rede Viária do Concelho.


Relação Receitas e Despesas e suas componentes

Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

O quadro a seguir permite apreciar os grandes grupos de receita, que de forma agrupada servem de cobertura às despesas, por ordem decrescente de rigidez.

QUADRO Nº 42

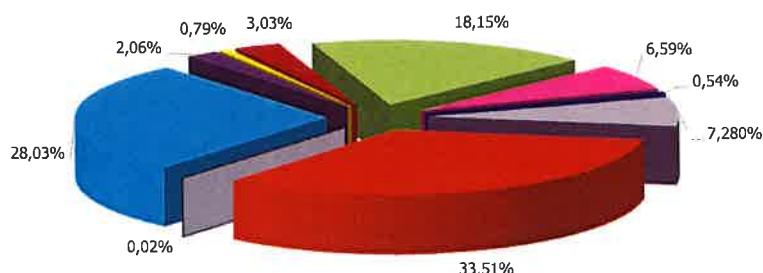
ORIGEM DE FUNDOS		APLICAÇÃO DE FUNDOS	
Fundos Municipais (Correntes)	14,83%	Pessoal	18,69%
Imposto Único Circulação, IMT e Outros	8,18%	Bens e Serviços	34,42%
Outras Transferências Correntes	2,42%	Restantes despesas	6,61%
Taxas, Venda de Bens e Serviços e Rendimentos de Propriedade	11,85%	Encargos Financeiros	0,46%
Outras Receitas correntes	0,54%	Ativos financeiros	0,27%
Imposto Municipal s/ Imóveis e Derrama	18,46%	Passivos Financeiros	19,35%
Fundos Municipais (Capital)	0,85%	Investimento + Transferências de Capital	14,23%
Outras Transferências	6,07%	Saldo Final	5,98%
Passivos Financeiros	31,84%		
Saldo Inicial	4,96%		

 Poupança Disponível = (Poupança Corrente - Amortizações)

ANÁLISE GRÁFICA DA ESTRUTURA DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

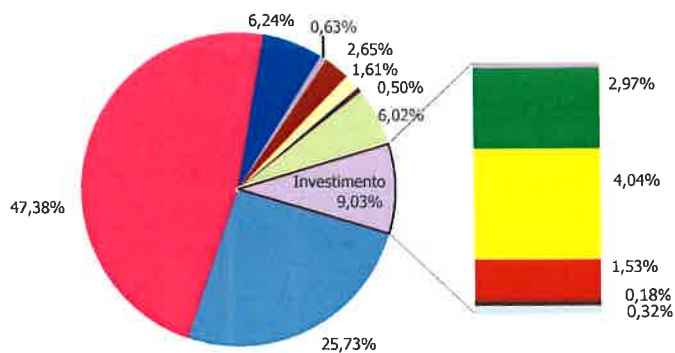
FIGURA 27

Estrutura da Receita Total



Impostos Directos	28,03%	Venda de Bens e Serviços	6,59%
Impostos Indirectos	2,06%	Outras Receitas Correntes	0,54%
Taxas Multas e O. Penalidades	0,79%	Transferências de Capital	7,28%
Rendimentos de Propriedade	3,03%	Passivos Financeiros	33,51%
Transferências Correntes	18,15%	Reposições não abatidas nos pagam.	0,02%

Estrutura da Despesa Total



Pessoal	25,73%	Passivos Financeiros	6,02%
Aquisição de Bens e Serviços	47,38%	Investimento	9,03%
Transferências Correntes	6,24%	Edifícios:	2,97%
Encargos Financeiros	0,63%	Construções diversas	4,04%
Outras Despesas Correntes	2,65%	Equipamento diverso	1,53%
Transferências de Capital	1,61%	Material de transporte	0,18%
Ativos Financeiros	0,50%	Terrenos	0,32%

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

Taxas de execução, tendo por base o Orçamento Inicial

QUADRO Nº 43

Rubricas	Anos	2015	2016	2017	2018	Média
Receita:						
Corrente		102,69%	100,77%	98,53%	102,19%	101,04%
Capital		68,08%	313,78%	12,17%	182,82%	144,21%
Total		99,00%	104,24%	92,87%	131,20%	106,83%
Despesa:						
Corrente		94,02%	95,73%	127,78%	140,16%	114,42%
Capital		96,64%	114,78%	59,07%	102,19%	93,17%
Total		94,32%	99,60%	85,06%	123,61%	100,65%

A receita corrente executada foi de 102,19% do orçamento inicial. No tocante à receita de capital, este indicador foi de 182,82%. A média aritmética simples da cobrança dos últimos quatro anos rondou os 106,83% (101,04% para correntes e 144,21% para capital).

A média aritmética simples da despesa global nos últimos quatro anos, resultado das previsões iniciais e execuções, situa-se em 100,65% (114,42% para corrente e 93,17% para capital).

Previsão Final / Execução

QUADRO Nº 44

Descrição	Orçamento Final	Execução (Realizado)	Taxa execução	Desvio
Receita:				
Corrente	35.695.213,00 €	36.565.455,43 €	102,44%	870.242,43 €
Capital	32.634.571,44 €	25.196.222,08 €	77,21%	-7.438.349,36 €
Outras	1.619,50 €	13.777,90 €	850,75%	12.158,40 €
Subtotal	68.331.403,94 €	61.775.455,41 €	90,41%	-6.555.948,53 €
Saldo gerência anterior	3.226.933,62 €	3.226.933,62 €		
Total	71.558.337,56 €	65.002.389,03 €	90,84%	-6.555.948,53 €
Despesa:				
Corrente	41.857.668,40 €	39.118.150,32 €	93,46%	-2.739.518,08 €
Capital	29.700.669,16 €	22.040.501,04 €	74,21%	-7.660.168,12 €
Total	71.558.337,56 €	61.158.651,36 €	85,47%	-10.399.686,20 €

Observando o Controlo Orçamental da Receita, no seguimento da execução orçamental, o grau de execução da receita é de 90,29%, sendo o registo das receitas correntes de 101,33% e para capital 77,21%. Este valores diferem dos apresentados no Quadro n.º 44 dado que têm por base a receita líquida (deduzida dos reembolsos e restituições).

Analisando os valores orçamentados finais, no que respeita à despesa global realizada, a percentagem de execução foi de 85,47%. No que concerne à despesa este indicador é de 93,46% para a corrente e de 74,21% para a de capital.

Quando analisado o Controlo Orçamental da Despesa, o mesmo evidencia um grau de execução global de 85,41%, sendo 93,45% para a despesa corrente e 74,08% para a despesa de capital, na ótica dos pagamentos, pelo que as percentagem diferem das apresentadas no Quadro n.º 44.

Demonstração do Equilíbrio Orçamental

A execução do Orçamento de 2018 cumpre a regra de equilíbrio orçamental, uma vez que o total da receita corrente bruta cobrada (36.565.455,43€) é superior ao total da despesa corrente executada, deduzida do pagamento da liquidação antecipada da dívida consolidada à EDP, financiada por receita de capital consignada (empréstimo), adicionada das amortizações médias de empréstimos a médio e longo prazos (31.482.877,09€), de acordo com o definido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

QUADRO Nº 45

Receita corrente bruta cobrada	36.565.455,43	Despesa Corrente Realizada	28.403.519,09
		Amortizações Médias de Empréstimos M/L prazos	3.079.358,00
Total (1)	36.565.455,43	Total (2)	31.482.877,09
Receita Corrente Bruta ≥ Despesa corrente + Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazos (3) = (1) - (2)			5.082.578,34

Receita Prevista/ Cobrada

QUADRO Nº 46

Descrição	Ano 2017			Ano 2018		
	Receita		Desvios %	Receita		Desvios %
	Dotação final	Cobrada		Dotação final	Cobrada	
Receita Corrente						
Impostos Diretos:	14.850.000,00	14.876.715,10	0,18%	15.901.000,00	17.312.914,95	8,88%
Imposto municipal s/ imóveis	9.100.000,00	8.953.514,61	-1,61%	10.000.000,00	11.021.775,22	10,22%
Imposto único circulação	2.100.000,00	1.937.335,38	-7,75%	2.100.000,00	2.095.253,58	-0,23%
Imposto mun. s/ trans onerosas imóveis	2.010.000,00	2.524.399,91	25,59%	2.100.000,00	3.219.704,44	53,32%
Derrama	1.620.000,00	1.461.465,20	-9,79%	1.700.000,00	975.497,65	-42,62%
Imposto abolidos	20.000,00	0,00	-100,00%	1.000,00	684,06	-31,59%
Impostos Indiretos:	546.000,00	540.067,24	-1,09%	1.119.000,00	1.275.060,78	13,95%
Loteamentos e obras	250.000,00	122.276,08	-51,09%	638.000,00	77.002,43	-87,93%
Outros imp ind. especific autarq locais	296.000,00	417.791,16	41,15%	481.000,00	1.198.058,35	149,08%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	744.493,00	1.026.351,13	37,86%	878.500,00	485.163,48	-44,77%
Rendimentos de Propriedade	1.795.500,00	1.744.569,12	-2,84%	2.609.000,00	1.873.623,97	-28,19%
Transferências Correntes:	10.864.941,00	10.854.386,99	-0,10%	10.779.013,00	11.210.753,93	4,01%
Fundos	9.245.812,00	9.481.135,02	2,55%	9.639.531,00	9.639.531,00	0,00%
Outras - Estado	1.147.000,00	1.261.499,45	9,98%	992.000,00	1.387.579,22	39,88%
Particip comunit. proj. co-financiados	294.129,00	33.347,52	-88,66%	67.482,00	92.314,91	36,80%
Serviços e fundos autónomos	178.000,00	78.405,00	-55,95%	80.000,00	91.328,80	14,16%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.920.000,00	3.694.438,46	-5,75%	4.224.700,00	4.071.742,70	-3,62%
Outras Receitas correntes	235.532,00	142.824,12	-39,36%	184.000,00	336.195,62	82,72%
Total da Receita Corrente	32.956.466,00	32.879.352,16	-0,23%	35.695.213,00	36.565.455,43	2,44%
Receita de Capital						
Venda de bens de investimento	1.000,00	510,00	-49,00%	2.200,00	0,00	-100,00%
Transferências de Capital:	3.846.620,41	876.014,22	-77,23%	11.933.516,05	4.497.366,69	-62,31%
Fundos	517.074,00	562.673,00	8,82%	554.934,00	554.934,00	0,00%
Particip comunit. proj. co-financiados	3.179.546,41	313.341,22	-90,15%	11.079.515,05	3.707.554,83	-66,54%
Outras	150.000,00	0,00	-100,00%	299.067,00	234.877,86	-21,46%
Passivos financeiros	0,00	0,00		20.698.855,39	20.698.855,39	0,00%
Total da Receita de Capital	3.847.620,41	876.524,22	-77,22%	32.634.571,44	25.196.222,08	-22,79%
Reposições não abatidas aos pagamentos	468,00	65.879,44		1.619,50	13.777,90	
Saldo da gerência anterior	3.864.458,19	3.864.458,19		3.226.933,62	3.226.933,62	
Total da Receita	40.669.012,60	37.686.214,01	-7%	71.558.337,56	65.002.389,03	-9%

Pela análise do quadro verifica-se que a receita cobrada no exercício económico de 2018 apresenta um desvio negativo de 9%, relativamente aos montantes das dotações previstas finais.

Constata-se, tal como no ano anterior, que o nível de execução da receita se aproxima dos montantes das dotações finais, facto que denota rigor e exatidão na previsão da receita, aquando a elaboração do Orçamento.

Despesa Prevista/Compromissos e Pagamentos

QUADRO Nº 47

Classificação Orgânica	Dotação Orçamental			Despesa		Diferença (compr-pago)	
	Inicial	Final	Var. %	Comprometida	Paga	Valor	%
01 Assemb.Mun.	47.500,00	47.500,00	0,00%	42.061,49	42.061,49	0,00	0,00%
01 Pessoal	42.000,00	42.000,00	0,00%	38.825,90	38.825,90	0,00	0,00%
02 Aquisição de bens e serviços	5.500,00	5.500,00	0,00%	3.235,59	3.235,59	0,00	0,00%
Despesa Corrente	47.500,00	47.500,00	0,00%	42.061,49	42.061,49	0,00	0,00%
02 Câm Munic	27.859.341,00	41.810.168,40	0,50	39.613.123,97	39.075.087,02	538.036,95	0,01
01 Pessoal	11.947.405,00	12.202.691,00	2,14%	12.110.698,77	12.110.698,77	0,00	0,00%
02 Aquisição de bens e serviços	11.979.004,00	23.766.279,40	98,40%	22.863.659,94	22.370.002,57	493.657,37	2,16%
03 Juros e outros encargos	347.167,00	308.535,00	-11,13%	298.656,81	298.656,81	0,00	0,00%
04 Transferências correntes	2.816.324,00	3.232.571,00	14,78%	2.986.754,96	2.949.066,54	37.688,42	1,26%
05 Subsídios	207.496,00	207.496,00	100,00%	95.924,84	95.924,84	0,00	0,00%
06 Outras despesas correntes	561.945,00	2.092.596,00	272,38%	1.257.428,65	1.250.737,49	6.691,16	0,53%
Despesa Corrente	27.859.341,00	41.810.168,40	50,08%	39.613.123,97	39.075.087,02	538.036,95	1,36%
07 Aquisição de bens de capital	17.734.946,00	16.287.298,50	-8,16%	13.118.545,54	8.605.536,49	4.513.009,05	34,40%
08 Transferências de capital	762.524,00	655.224,00	-14,07%	645.350,74	642.827,41	2.523,33	0,39%
09 Ativos financeiros	236.434,00	177.325,50	-25,00%	177.325,50	177.325,50	0,00	0,00%
10 Passivos financeiros	2.833.255,00	12.580.821,16	344,04%	12.575.144,14	12.575.144,14	0,00	0,00%
Despesa de Capital	21.567.159,00	29.700.669,16	37,71%	26.516.365,92	22.000.833,54	4.515.532,38	17,03%
Total	49.474.000,00	71.558.337,56	44,64%	66.171.551,38	61.117.982,05	5.053.569,33	7,64%
Despesa Corrente	27.906.841,00	41.857.668,40	49,99%	39.655.185,46	39.117.148,51	538.036,95	1,36%
Despesa de Capital	21.567.159,00	29.700.669,16	37,71%	26.516.365,92	22.000.833,54	4.515.532,38	17,03%

Indicadores

Rádios Financeiros

Pessoal	33,23 %	Amortizações e Juros	20,84 %
Receita Corrente		Receitas Totais	
Despesa Corrente	106,98 %	Receitas Próprias	41,48 %
Receita Corrente		Despesa Total	

Rádios de Expressão das Finanças Municipais sobre o Concelho

Desp. c /Pessoal	126,68 €/habit	Impostos	193,81 €/habit
População Residente		População Residente	
Investimento	89,73 €/habit	Investimento	1.147,39 €/Km²
População Residente		Área Municipal	
Receita cobrada	676,82 €/habit	Compromissos por pagar	52,69 €/habit
População Residente		População Residente	

Fontes/Entidades: INE/PORDATA - população residente/2016: 95.300 ; 2018: 95908

Eleitos Locais - Remunerações auferidas, durante 2018, no âmbito do exercício das funções.

Nome	Cargo	Rendim. Bruto	Descontos	Rendim. Líquido
José Manuel Pereira Ribeiro	Presidente	67.458,34	28.899,45	38.558,89
Ana Maria Martins Rodrigues	Vice presidente	49.035,89	20.660,07	28.375,82
Orlando Gaspar Rodrigues	Vereador	49.308,66	20.379,46	28.929,20
Paulo Jorge Esteves Ferreira	Vereador	48.859,78	18.057,80	30.801,98
Jose Maria Veloso Delgado	Vereador (1/2T)	20.301,12	3.094,00	17.207,12
Maria Manuela da Silva Moreira Duarte	Vereadora (1/2T)	13.050,72	2.407,00	10.643,72
Alberto Fernando Correia Neto	Vereador	--	--	2.212,70
Luis Miguel Mendes Ramalho	Vereador	--	--	1.983,80
Rosa Maria de Sousa Martins Rocha	Vereadora	--	--	381,50
José António Ferreira da Silva	Vereador (Subst)	--	--	2.289,00
António Alves do Vale	Vereador (Subst)	--	--	152,60
Ana Marta Alves Ferreira	Vereadora (Subst)	--	--	76,30
Carlos Manuel de Faria Ricardo	Vereador (Subst)	--	--	228,90
Fernando Luis Marta Neves	Vereador (Subst)	--	--	76,30
Miguel Jorge Mendes Teixeira	Vereador (Subst)	--	--	152,60
Neuza Margarida Ferreira Pinto	Vereadora (Subst)	--	--	305,20
Tiago Manuel Venâncio Meirinhos	Vereador (Subst)	--	--	76,30
Vânia Marta da Silva Moreira Penida	Vereadora (Subst)	--	--	991,90
Abilio José Vilas Boas Ribeiro	Presidente A. M.	--	--	4.120,20
António Joaquim Queijo Barbosa	1º Secretário	--	--	3.242,92
Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima	2º Secretário	--	--	2.861,40
Adelino Joaquim Machado Soares	Membro A. M.	--	--	1.526,00
Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre	Membro A. M.	--	--	686,70
Alexandre Manuel da Silva Teixeira	Membro A. M.	--	--	1.373,40
Alfredo da Costa Sousa	Membro A. M.	--	--	1.144,50
Ana Carina Fonseca da Silva	Membro A. M.	--	--	705,78
Ana das Mercês Fernandes de Oliveira	Membro A. M.	--	--	152,60
Ana Isabel Loureiro Pereira	Membro A. M.	--	--	610,40
Ana Raquel Dias Alves Martins	Membro A. M.	--	--	152,60
Anabela Maria Freire de Sousa	Membro A. M.	--	--	534,10
André Monteiro Reis	Membro A. M.	--	--	152,60
António César Ribeiro Ferreira	Membro A. M.	--	--	686,70
António Fernando Correia Monteiro	Membro A. M.	--	--	2.060,10
Antonio Sérgio Ribeiro Pinto	Membro A. M.	--	--	76,30
Armando Gabriel Teixeira Baltazar	Membro A. M.	--	--	686,70
Arnaldo Pinto Soares	Membro A. M.	--	--	1.526,00
Berta Maria Santos Ferreira Pinheiro	Membro A. M.	--	--	305,20
Catarina Maria Moreira das Neves Lobo	Membro A. M.	--	--	1.297,10
Daniel Filipe Alves Felgueiras	Membro A. M.	--	--	686,70
Daniel Torres Gonçalves	Membro A. M.	--	--	1.068,20
Daniela Maria Sampaio Ribeiro	Membro A. M.	--	--	76,30
Esperança Maria de Oliveira Teixeira	Membro A. M.	--	--	686,70
Fernando Jorge das Neves Ferreira	Membro A. M.	--	--	610,40
Hélio Fernando da Silva Rebelo	Membro A. M.	--	--	686,70
Hugo Jorge da Rocha Padilha	Membro A. M.	--	--	1.297,10
Ivo Vale das Neves	Membro A. M.	--	--	915,60
Joana Catarina Martins Machado	Membro A. M.	--	--	305,20
João Fernando da Costa Morgado	Membro A. M.	--	--	1.297,10
Joaquim António Leitão de Almeida	Membro A. M.	--	--	534,10
Joaquim Jerónimo Pereira	Membro A. M.	--	--	228,90
Joaquim Moreira	Membro A. M.	--	--	686,70
Jorge Maneul Ferreira da Rocha	Membro A. M.	--	--	228,90
José Carvalho Ferreira Marujo	Membro A. M.	--	--	76,30
Luís Paulo Moreira Cunha	Membro A. M.	--	--	610,40
Manuel Ramos Melo	Membro A. M.	--	--	305,20
Maria da Trindade Morgado do Vale	Membro A. M.	--	--	381,50
Maria Manuela Moreira Rocha	Membro A. M.	--	--	76,30
Miguel António Pereira de Oliveira	Membro A. M.	--	--	381,50
Miguel Filipe Barbosa Machado	Membro A. M.	--	--	381,50
Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso	Membro A. M.	--	--	228,90
Paula Cristina Silva Moreira	Membro A. M.	--	--	610,40
Paulo Miguel Silva Santos	Membro A. M.	--	--	381,50
Rute Susete da Silva Aguiar Moreira	Membro A. M.	--	--	152,60
Sandra Maria Nunes Ribeiro da Silva Rebelo	Membro A. M.	--	--	228,90
Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa	Membro A. M.	--	--	503,90
Tiago Alexandre Gaspar Sabença	Membro A. M.	--	--	610,40
Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio	Membro A. M.	--	--	686,70
Totais		248.014,51	93.497,78	202.269,73

Fonte: Declarações emitidas pelo Município no âmbito do n.º1 alínea b), do artigo 119.º do Código do IRS

Evolução de Rácios

O quadro seguinte permite observar a evolução de um conjunto de indicadores de gestão que sustentam as análises apresentadas.

QUADRO Nº 48

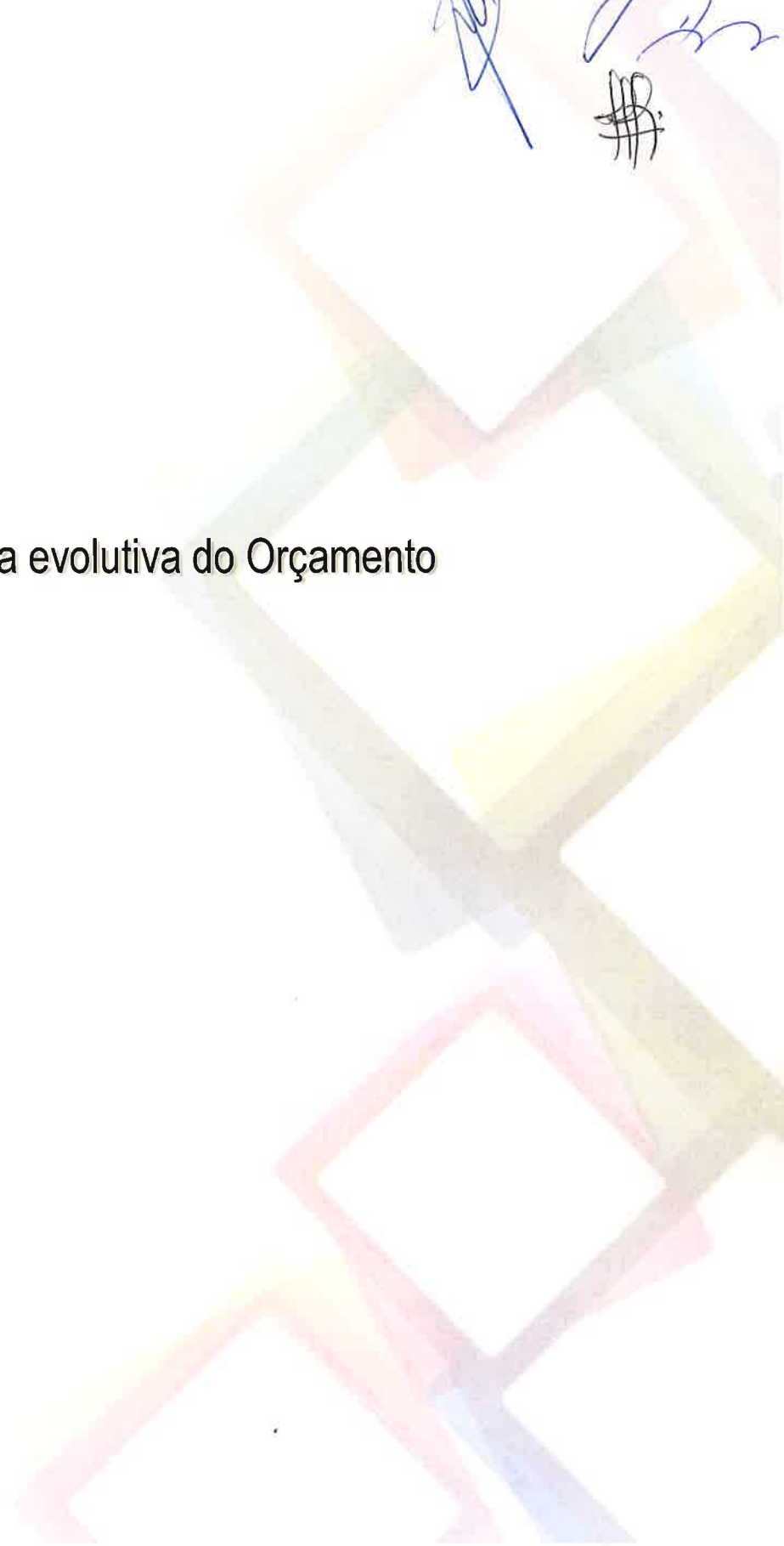
RÁCIOS	2015	2016	2017	2018	Observações
Impostos Locais / Receita corrente	47,75%	46,84%	46,89%	50,83%	
Transferências correntes / Receita corrente	33,37%	33,64%	33,01%	30,66%	
Pessoal/ Receita corrente	36,15%	35,07%	34,25%	33,59%	
Despesa corrente/ Receita corrente	77,42%	77,06%	80,47%	107,24%	
Receitas próprias correntes/ Receita corrente	66,63%	66,36%	66,99%	69,34%	Peso dos diversos agregados orçamentais na Receita corrente, de capital e total
Fundo municipal corrente/ Receita corrente	29,10%	29,29%	28,84%	13,66%	
Transferências de capital / Receita de capital	98,92%	85,58%	99,94%	100,00%	
Fundo municipal de capital/ Receita de capital	79,94%	32,17%	64,19%	2,20%	
Receita corrente / Receita total	93,28%	88,74%	97,21%	59,19%	
Receitas próprias/ Receita total	62,25%	58,88%	65,12%	41,04%	
Fundos municipais/ Receita total	27,81%	27,44%	29,70%	16,50%	
Pessoal/ Despesa corrente	46,69%	45,50%	42,56%	31,06%	
Encargos financeiros/ Despesa corrente	2,41%	1,54%	1,23%	0,76%	
Despesas de funcionamento/ Despesa corrente	88,96%	87,97%	87,95%	91,45%	Peso dos diversos agregados orçamentais na Despesa corrente, de capital e total
Investimento/ Despesa de capital	41,98%	31,32%	52,00%	39,22%	
Passivos financeiros/ Despesa de capital	45,62%	57,60%	35,54%	57,05%	
Despesas de funcionamento/ Despesa total	69,13%	67,35%	67,53%	58,49%	
Receitas próprias/ Despesa total	66,87%	65,93%	63,92%	41,46%	
Pessoal/ Aquisição de Serviços	142,86%	133,10%	120,15%	117,09%	Peso dos custos c/ pessoal nas aquisições de serviços
Encargos financeiros/ Serviço da dívida	11,88%	8,02%	10,28%	2,32%	Peso dos juros empréstimos mip no serviço da dívida
Reembolso de capitais/ Serviço da dívida	88,12%	91,98%	89,72%	97,68%	Peso das amortizações emp. mip no serviço da dívida
Serviço da dívida/ Receita corrente	11,50%	14,78%	9,66%	34,77%	Peso dos juros e das amortizações de empréstimos de mip, na Receita corrente e Despesa total
Serviço da dívida/ Despesa total	11,54%	14,68%	9,20%	20,79%	
Pessoal/ População residente	119,26 €	116,30 €	118,16 €	126,68 €	a)
Investimento/ População residente	30,76 €	24,51 €	43,65 €	90,14 €	a)
Impostos Locais/ População residente	157,56 €	155,35 €	161,77 €	193,81 €	a)
Investimento/ Área municipal	390,28 €	311,05 €	554,71 €	1.152,69 €	Investimento anual por Km ² da área do Concelho
Receita cobrada/habitante	351,53 €	373,77 €	394,81 €	676,82 €	a)
Compromissos por executar/habitante	1,63 €	8,65 €	31,94 €	52,69 €	a)
Dívida total/habitante	477,45 €	422,03 €	379,31 €	287,14 €	a)

Nota:

a) Dados população residente considerados: 2014 e 2015 - 95.123; 2016: 95.188; 2017: 95.300; 2018: 95.908

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled 'P', a signature, and a grid-like symbol.

Estrutura evolutiva do Orçamento



ESTRUTURA EVOLUTIVA DO ORÇAMENTO

Evolução da Receita

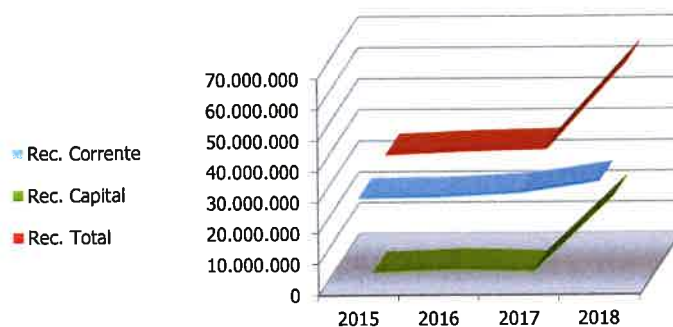
A figura e o quadro seguintes permitem visualizar não só a evolução global das receitas mas também o comportamento de cada uma das suas componentes económicas correntes e de capital. Na receita global, quando comparada com o ano anterior, verifica-se um acréscimo de 82,65%, fruto dos empréstimos contraídos no valor de 20.698.855,39€, sem os quais o orçamento apresentaria um aumento de 21,45%, relativamente ao ano transato.

QUADRO Nº 48

Receita	Anos	2015	2016	Var. %	2017	Var. %	2018	Var. %
		Corrente						
Impostos Diretos e Indiretos		14.992.687,43	14.787.223,37	-1,37%	15.416.782,34	4,26%	18.587.975,73	20,57%
Taxas, Multas O.Penalidades		480.434,59	637.068,48	32,60%	1.026.351,13	61,11%	485.163,48	-52,73%
Rendimentos de Propriedade		1.801.635,76	1.741.515,40	-3,34%	1.744.569,12	0,18%	1.873.623,97	7,40%
Transferências Correntes		10.476.782,89	10.620.606,83	1,37%	10.854.386,99	2,20%	11.210.753,93	3,28%
Venda de Bens e Serviços		3.520.637,00	3.662.326,70	4,02%	3.694.438,46	0,88%	4.071.742,70	10,21%
Outras Receitas Correntes		121.661,87	186.281,71	53,11%	142.824,12	-23,33%	336.195,62	135,39%
Total		31.393.839,54	31.635.022,49	0,77%	32.879.352,16	3,93%	36.565.455,43	11,21%
Capital								
Venda de bens de investimento		0,00	0,00		510,00		0,00	-100,00%
Transferência Capital		631.449,01	1.375.726,61	117,87%	876.014,22	-36,32%	4.497.366,69	413,39%
Passivos Financeiros		0,00	231.840,00		0,00	-100,00%	20.698.855,39	
Total		638.349,01	1.607.566,61	151,83%	876.014,22	-45,51%	25.196.222,08	2776,23%
Reposições não abatidas aos pagamentos		74.386,99	16.468,17	-78%	65.879,44	300%	13.777,90	-79,09%
Total Geral		32.106.575,54	33.259.057,27	3,59%	33.821.245,82	1,69%	61.775.455,41	82,65%

Representação gráfica da estrutura evolutiva da Receita cobrada

FIGURA 28



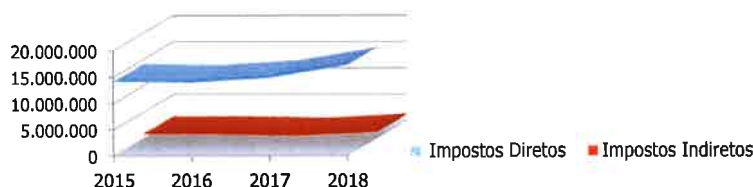
Evolução da Receita Fiscal

Atendendo à sua importância, nos quadros seguintes observa-se o comportamento da receita fiscal, composta por Impostos locais, taxas, multas e outras penalidades.

QUADRO Nº 49

Rec. Fiscais	Anos	2015	2016	Var. %	2017	Var. %	2018	Var. %
Impostos Diretos		14.163.264,27	13.967.160,08	-1,38%	14.876.715,10	6,51%	17.312.914,95	16,38%
Imposto Mun s/ Imóveis		9.027.579,43	8.888.505,64	-1,54%	8.953.514,61	0,73%	11.021.775,22	23,10%
Imp Único Circulação		1.763.281,48	1.806.490,54	2%	1.937.335,38	7,24%	2.095.253,58	8,15%
Imp Mun Trans Oner Imóveis		1.809.741,37	1.858.729,85	2,71%	2.524.399,91	35,81%	3.219.704,44	27,54%
Derrama		1.541.085,36	1.411.629,25	-8,40%	1.461.465,20	3,53%	975.497,65	-33,25%
Impostos abolidos:								
Contribuição Autárquica		18.444,03	1.804,80	-90,21%	0,00	-100,00%	684,06	
Imposto Municipal Sisa		3.132,60	0,00	-100,00%	0,00		0,00	
Impostos Indiretos		829.423,16	820.063,29	-1,13%	540.067,24	-34,14%	1.275.060,78	136,09%
Loteamentos e obras		601.248,63	600.382,74	-0,14%	122.276,08	-79,63%	77.002,43	-37,03%
Ocupação da Via Pública		54.025,39	60.041,00	11,13%	174.794,51	191,13%	543.234,59	210,78%
Publicidade		32.566,70	37.550,66	15,30%	40.054,08	6,67%	47.868,62	19,51%
TMDP		0,00	0,00		22.501,46		41.090,47	82,61%
TDFTH		225,45	215,43	-4,44%	300,32	39,40%	0,00	-100,00%
Outros		141.356,99	121.873,46	-13,78%	180.140,79	47,81%	565.864,67	214,12%
Total Geral		14.992.687,43	14.787.223,37	-1,37%	15.416.782,34	4,26%	18.587.975,73	20,57%

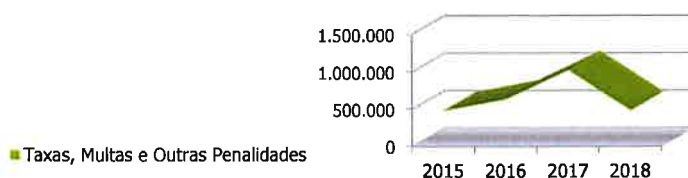
FIGURA 29



QUADRO Nº 50

Rec. Fiscais	Anos	2015	2016	Var. %	2017	Var. %	2018	Var. %
Taxas, Multas e Outras Penalidades		480.434,59	637.068,48	32,60%	1.026.351,13	61,11%	485.163,48	-52,73%
Loteamentos e obras		138.191,84	423.191,43	206%	175.923,30	-58,43%	88.396,75	-49,75%
Ocupação da via pública		4.965,84	6.783,07	36,59%	11.989,35	76,75%	22.390,21	86,75%
Caça, uso e porte de arma		161,17	0,00	-100,00%	0,00		0,00	
TDFTH		95,19	85,17	-10,53%	80,01	-6,06%	126,25	57,79%
Taxa p/ emissão cert registo		101,25	67,50	-33,33%	90,00	33,33%	0,00	-100,00%
Outras		162.453,47	65.570,71	-59,64%	108.548,40	65,54%	261.016,83	140,46%
Juros de mora		127.964,29	107.187,74	-16,24%	718.364,40	570,19%	68.476,63	-90,47%
Coimas penalid. contra orden.		46.225,24	33.689,01	-27,12%	11.159,54	-66,87%	30.508,57	173,39%
Multas e penalidades diversas		276,30	493,85	78,74%	196,13	-60,29%	14.248,24	7164,69%

FIGURA 30



Evolução da Despesa

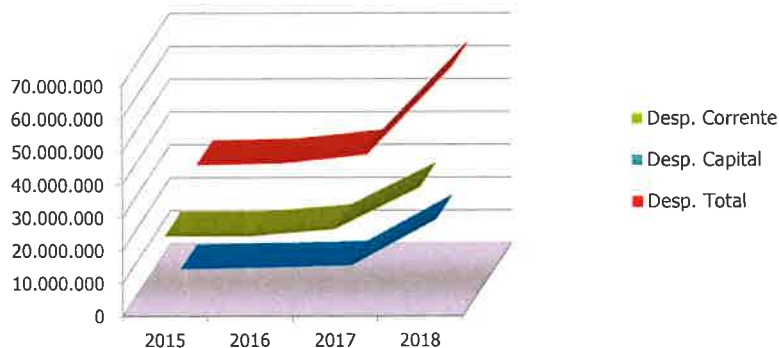
O quadro seguinte demonstra a evolução da despesa paga no último quadriênio.

QUADRO Nº 51

Despesa	Anos	2015	2016	Var. %	2017	Var. %	2018	Var. %
Corrente								
Pessoal		11.348.062,19	11.070.383,16	-2,45%	11.260.669,90	1,72%	12.149.524,67	7,89%
Aquis. Bens Serviços		9.793.911,12	9.965.936,73	1,76%	11.139.726,58	11,78%	22.373.238,16	100,84%
Juros e outros encargos		584.835,14	374.123,32	-36,03%	325.875,47	-12,90%	298.656,81	-8,35%
Transf. Correntes		2.098.045,59	2.549.060,71	21,50%	2.799.334,51	9,82%	2.949.066,54	5,35%
Subsídios					62.788,03		95.924,84	52,78%
O. Desp. Correntes		470.759,17	369.475,49	-21,51%	870.202,27	135,52%	1.250.737,49	43,73%
Total		24.295.613,21	24.328.979,41	0,14%	26.458.596,76	8,75%	39.117.148,51	47,84%
Capital								
Investimentos		2.927.065,18	2.332.892,45	-20,30%	4.160.304,50	78,33%	8.605.536,49	106,85%
Transferências de Capital		628.353,29	579.290,02	-7,81%	760.739,97	31,32%	642.827,41	-15,50%
Ativos financeiros		236.434,00	246.184,00	4,12%	236.434,00	-3,96%	177.325,50	-25,00%
Passivos Financeiros		3.181.456,70	4.290.916,88	34,87%	2.843.205,16	-33,74%	12.575.144,14	342,29%
Total		6.973.309,17	7.449.283,35	6,83%	8.000.683,63	7,40%	22.000.833,54	174,99%
Total Geral		31.268.922,38	31.778.262,76	1,63%	34.459.280,39	8,44%	61.117.982,05	77,36%

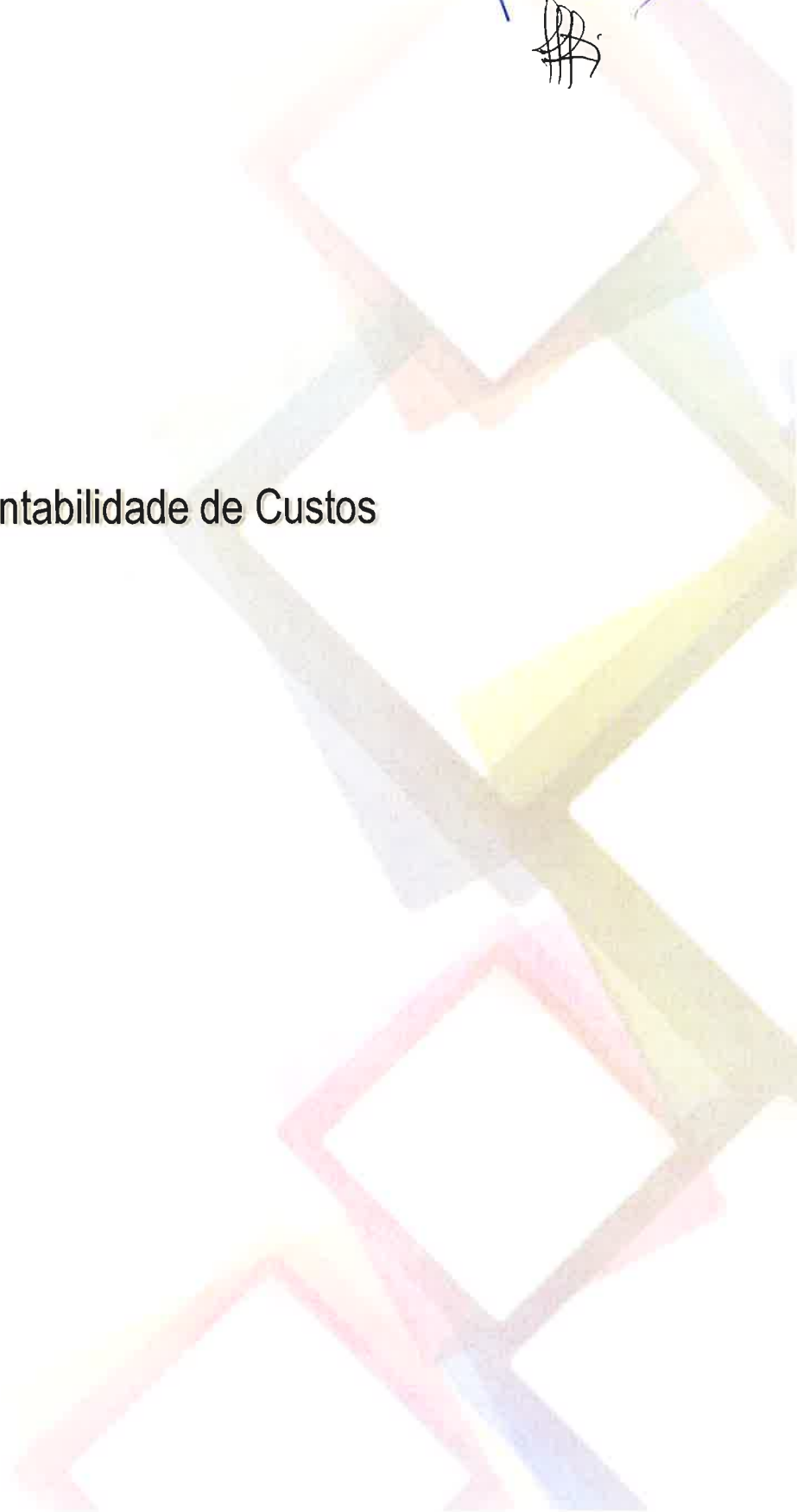
Representação gráfica da evolução da Despesa

FIGURA 31



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'R' and several illegible signatures.

Contabilidade de Custos



Contabilidade de Custos

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, veio estabelecer a obrigatoriedade de implementação da Contabilidade de Custos no apuramento dos custos por funções, e dos custos inerentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. Em conformidade com o ponto 2.8.3.2. do aludido diploma, o custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

Desde o exercício económico de 2014, ano da implementação no Município de Valongo, o sistema de Contabilidade de Custos tem vindo a assumir-se como um importante instrumento de gestão, na medida em que permite, com maior exatidão, clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência e eficácia, assumindo-se como uma ferramenta essencial ao planeamento e tomada de decisão do executivo municipal.

A Contabilidade de Custos permite a obtenção de informação adicional para a gestão, através do apuramento dos custos por funções, dos custos de produção e prestação de serviços, dos custos de utilização de equipamentos e infraestruturas de natureza diversa e de utilização coletiva. O rigor e o detalhe que caracterizam a informação obtida contribuem grandemente para uma maior transparência das decisões autárquicas no seu relacionamento com contribuintes e utentes, entidades credoras, administração central e demais entidades de controlo externo.

A informação produzida através da Contabilidade de Custos deve ser encarada numa perspetiva de complementaridade face à informação contabilística orçamental, uma vez que a esta tem por base uma ótica de caixa, de recebimentos e pagamentos, enquanto a Contabilidade de Custos tem por base os custos e proveitos do exercício, seguindo o Princípio da Especialização. Por outro lado, a Contabilidade de Custos baseia-se no registo e controlo de todos os movimentos internos, fator que a distingue da Contabilidade Patrimonial, que tem por objeto principal, as relações do Município com o exterior.








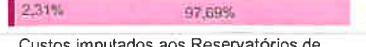









De acordo com o ponto 2.8.3.3. do POCAL, outro aspeto diferenciador da Contabilidade de Custos é a presença de custos indiretos, custos que devem ser calculados segundo coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos, face ao total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Assim, no âmbito da Contabilidade de Custos, são apurados os seguintes tipos de Custos:

- Custos diretos a funções e diretos a bens e serviços (ex.: vencimentos, aquisições de bens e serviços e transferências correntes diretamente imputáveis);
- Custos diretos a funções e indiretos a bens ou serviços – custos repartidos pelos bens e serviços das funções a que respeitam (ex.: amortizações do exercício do imobilizado);
- Custos indiretos a funções e bens e serviços - custos imputados, depois de apurados os custos diretos por função, através de um coeficiente de imputação;
- Custos não incorporáveis – custos que pela sua natureza ou causa não são afetos a funções, bens ou serviços.

Dos documentos estabelecidos no ponto 2.8.3.6. do POCAL, consideramos como mapas principais da contabilidade de custos (CC), os mapas CC-7 – Custo dos bens e serviços, CC-8 – Custos diretos das funções e CC-9 – Custo total das funções, assumindo os restantes como complementares, uma vez que fornecem a informação necessária ao preenchimento dos mapas principais. Atendendo à extensão dos referidos mapas, os mesmos fazem parte de processo a remeter ao tribunal de contas, relativo à prestação de Contas de 2018 do Município.

Com base nos mapas principais mencionados, apresentam-se os custos, por função, apurados no exercício de 2018

Funções (Classificação funcional - Ponto 10.1 POCAL)	Custos anuais	Função / Total	Descrição do âmbito da Função
111 Administração geral Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	9.212.671,35 2.133.164,38 719.461,76 1.413.702,62 7.079.506,97	20,96%	Infraestruturas e serviços Municipais não imputáveis às restantes funções 
121 Proteção civil e luta contra incêndios Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	370.314,46 278.618,78 74.381,63 204.237,15 91.695,68	0,84%	Serviços de Proteção Civil e Proteção da Floresta, Bombeiros Voluntários 
211 Ensino não superior Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	6.037.105,53 4.706.776,28 726.644,34 3.980.131,94 1.330.329,25	13,73%	Infraestruturas Educativas 
212 Serviços auxiliares de ensino Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2.128.120,97 2.094.180,29 138.799,71 1.955.380,58 33.940,68	4,84%	Atividades e serviços no âmbito da Intervenção Educativa 
232 Ação social Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.627.387,19 972.972,72 542.466,49 430.506,23 654.414,47	3,70%	Infraestruturas, atividades e serviços da Ação Social, Cidadania e Igualdade 
241 Habitação Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	538.415,33 41.822,88 1.885,11 39.937,77 496.592,45	1,22%	Empreendimentos de habitação social 
242 Ordenamento do território Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	57.239,13 57.194,02 461,14 56.732,88 45,11	0,13%	Plano Diretor Municipal, cartografia vetorial 
243 Saneamento Custos diretos a bens e serviços: Custos indiretos a bens e serviços e a funções	48.750,39 1.126,36 47.624,03	0,11%	Custos imputados à ETAR e ETA de Couce 
244 Abastecimento de água Custos indiretos a bens e serviços e a funções	276.125,88 276.125,88	0,63%	Custos imputados aos Reservatórios de abastecimento de água
246 Resíduos sólidos Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	4.329.412,87 3.348.051,27 201.044,27 3.147.007,00 981.361,60	9,84%	Ecocentros, recolha de resíduos sólidos e serviços diversos de Higiene Urbana 
246 Proteção meio ambiente conservação da natureza Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	874.850,10 380.400,71 167.707,96 212.692,75 494.449,39	1,99%	Manutenção dos parques e jardins municipais, atividades de cariz Ambiental 
251 Cultura Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2.400.937,78 1.769.730,78 767.844,53 1.001.886,25 631.207,00	5,46%	Infraestruturas e atividades no âmbito da Cultura, Turismo e Juventude 
252 Desporto, recreio e lazer Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2.393.243,42 1.772.221,39 576.897,46 1.195.323,93 621.022,03	5,44%	Infraestruturas e atividades desportivas, de recreio e lazer 
320 Indústria e energia Custos diretos a bens e serviços Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.040.304,52 990.017,01 50.287,51	2,37%	Iluminação pública e Zona Industrial 
331 Transportes rodoviários Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	10.229.643,01 558.610,91 219.818,98 338.791,93 9.671.032,10	23,26%	Intervenções e manutenções nas vias e arruamentos do Município 
341 Mercados e feiras Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	7.855,86 4.833,26 1.784,41 3.048,85 3.022,60	0,02%	Mercado de Valongo 
350 Outras funções económicas Custos indiretos a bens e serviços e a funções	115.566,95 115.566,95	0,26%	Funções económicas residuais
410 Operações dívida autárquica Custos indiretos a bens e serviços e a funções	226.149,16 226.149,16	0,51%	Juros suportados e outros custos e perdas financeiras
420 Transferências entre administrações Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1.611.705,02 1.376.882,64 269.214,06 1.107.668,58 234.822,38	3,66%	Acordos de execução com as Juntas de Freguesia e respetivos apoios pontuais 
430 Diversas não especificadas Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	454.716,20 125.210,30 63.758,08 61.452,22 329.505,90	1,03%	Custos com máquinas e viaturas do Município não incluídos no cálculo do custo hora 
Totais	43.980.515,12	100%	

Custos diretos a Bens e Serviços



Custos totais imputados

